

STJ00111692

**ARAKEN DE ASSIS**  
**MANUAL DA**  
**EXECUÇÃO**

**21ª EDIÇÃO** REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS**  
**TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damara Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiários:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* BE/ON Comunicação

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Assis, Araken de  
Manual da execução / Araken de Assis. --  
21. ed. rev. atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5614-438-2

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

20-51208

CDU-347.9(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## Sumário

|  |          |
|--|----------|
| <b>Nota prévia à 21.ª edição .....</b> | <b>5</b> |
| <b>Lista de abreviaturas .....</b>     | <b>7</b> |

### **Título I – Função executiva em geral**

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO .....</b>               | <b>75</b>  |
| <b>§ 1.º Classificação das Ações .....</b>                    | <b>75</b>  |
| 1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição .....        | 75         |
| 2. Limites políticos e práticos da função executiva .....     | 81         |
| 2.1. Critérios classificatórios da ação .....                 | 83         |
| 2.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação ..... | 85         |
| 3. Eficácias da sentença e satisfação .....                   | 86         |
| 3.1. Eficácia declaratória .....                              | 88         |
| 3.2. Eficácia constitutiva .....                              | 91         |
| 3.3. Eficácia condenatória .....                              | 92         |
| 3.4. Eficácia mandamental .....                               | 97         |
| 3.5. Eficácia executiva .....                                 | 101        |
| <b>§ 2.º Do Ato Executivo .....</b>                           | <b>103</b> |
| 4. Natureza do ato executivo .....                            | 103        |
| 5. Classificação dos atos executivos .....                    | 107        |
| 6. Cumprimento do ato executivo .....                         | 108        |
| 6.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo .....      | 109        |
| 6.2. Requisição da força pública .....                        | 111        |
| 7. Documentação do ato executivo .....                        | 112        |

|   |     |
|---|-----|
| <b>§ 3.º Princípios da Função Executiva</b> .....   | 113 |
| 8. Princípios fundamentais da execução .....  | 113 |
| 9. Princípio da autonomia.....  | 116 |
| 10. Princípio do título.....  | 118 |
| 11. Princípio da responsabilidade patrimonial .....                                       | 120 |
| 12. Princípio do resultado.....   | 121 |
| 13. Princípio da disponibilidade .....  | 122 |
| 13.1. Conceito e natureza da desistência .....  | 123 |
| 13.2. Espécies de desistência .....   | 123 |
| 13.3. Requisitos da desistência da execução .....   | 124 |
| 13.3.1. Requisitos formais da desistência .....   | 124 |
| 13.3.2. Requisitos subjetivos da desistência.....   | 125 |
| 13.3.3. Requisitos temporais da desistência.....  | 125 |
| 13.4. Efeitos da desistência da execução.....   | 126 |
| 14. Princípio da adequação.....   | 129 |
| <b>§ 4.º Processo de Execução e Execução Incidental</b> .....                             | 129 |
| 15. Execução autônoma.....  | 129 |
| 15.1. Precisão terminológica.....   | 130 |
| 15.2. “Condições” da ação executória.....   | 131 |
| 16. Natureza da função jurisdicional executiva.....                                       | 133 |
| 17. Execução incidente .....  | 137 |
| 17.1. Execução dos efeitos executivo imediato e mandamental antecipados.....              | 140 |
| 17.2. Execução do efeito executivo imediato antecipado .....                              | 144 |
| 17.2.1. Processamento da execução.....  | 144 |
| 17.2.2. Execução e o devido processo .....  | 145 |
| 17.2.3. Natureza provisória da execução .....   | 147 |
| 17.2.4. Execução das prestações pecuniárias, em geral, e dos alimentos indenizativos..... | 148 |
| 17.2.5. Execução das prestações de dar .....  | 150 |
| 17.2.6. Execução das prestações faciendi .....  | 151 |
| 17.2.7. Meios de reação do executado e de terceiros.....                                  | 152 |
| 18. Integração da disciplina executiva .....  | 153 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA .....</b>   | <b>157</b> |
| <b>§ 5.º Espécies de Execução .....</b>  | <b>157</b> |
| 19. Ordem dos atos processuais na execução .....   | 157        |
| <b>§ 6.º Execução Indireta .....</b>   | <b>166</b> |
| 20. Meios executórios de coerção .....   | 166        |
| 20.1. Coerção patrimonial .....  | 168        |
| 20.2. Coerção pessoal .....  | 171        |
| <b>§ 7.º Execução Direta .....</b>   | <b>172</b> |
| 21. Meios executórios de sub-rogação .....   | 172        |
| 21.1. Meio do desapossamento .....   | 172        |
| 21.2. Meio da transformação .....  | 172        |
| 21.3. Meio da expropriação .....   | 173        |
| 21.3.1. Meio do desconto .....   | 174        |
| 21.3.2. Meio da adjudicação .....  | 174        |
| 21.3.3. Meio da alienação por iniciativa particular .....  | 175        |
| 21.3.4. Meio da alienação por leilão .....   | 175        |
| 21.3.5. Meio da apropriação .....  | 176        |
| <b>3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO .....</b>   | <b>177</b> |
| 22. Questão de ordem: a localização dos “requisitos necessários” no sistema processual e seu cabimento ..... | 177        |
| <b>§ 8.º Título Executivo .....</b>  | <b>181</b> |
| 23. Natureza do título executivo .....   | 181        |
| 24. Eficácia do título executivo .....   | 184        |
| 24.1. Posição do exequente .....   | 185        |
| 24.2. Posição do Estado .....  | 186        |
| 24.3. Posição do executado .....   | 186        |
| 25. Conteúdo do título executivo .....   | 187        |
| 25.1. Identificação das partes .....   | 187        |
| 25.2. Identificação do resultado .....   | 188        |
| 25.3. Limitação da responsabilidade .....  | 188        |

|   |            |
|---|------------|
| 26. Caracteres do título executivo.....                                     | 188        |
| 26.1. Certeza do título .....   | 190        |
| 26.2. Liquidez do título .....  | 191        |
| 26.3. Exigibilidade do título.....  | 192        |
| 27. Forma do título executivo.....  | 193        |
| <b>§ 9.º Espécies de Títulos Executivos.....</b>                            | <b>197</b> |
| 28. Título executivo judicial .....   | 197        |
| 28.1. Decisão condenatória proferida no processo civil.....                 | 199        |
| 28.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial .....                | 206        |
| 28.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....            | 208        |
| 28.4. Formal ou certidão de partilha .....                                  | 209        |
| 28.5. Decisão aprovativa de crédito dos auxiliares do juízo.....            | 210        |
| 28.6. Sentença penal condenatória .....                                     | 211        |
| 28.7. Sentença arbitral .....   | 214        |
| 28.8. Sentença estrangeira homologada.....                                  | 216        |
| 28.9. Decisão estrangeira passado exequatur .....                           | 217        |
| 29. Título executivo extrajudicial.....                                     | 217        |
| 29.1. Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque..... | 218        |
| 29.1.1. Letra de câmbio.....  | 218        |
| 29.1.2. Nota promissória.....   | 219        |
| 29.1.3. Duplicata .....   | 219        |
| 29.1.4. Cheque.....   | 223        |
| 29.1.5. Debênture.....  | 224        |
| 29.2. Escritura pública ou instrumento público.....                         | 225        |
| 29.3. Instrumento particular .....  | 226        |
| 29.4. Transação referendada.....  | 229        |
| 29.5. Contratos de caução.....  | 230        |
| 29.6. Contrato de seguro de vida .....                                      | 232        |
| 29.7. Foro e laudêmio.....  | 233        |
| 29.8. Aluguel de imóvel e encargos .....                                    | 233        |
| 29.9. Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública.....                      | 235        |
| 29.10. Contribuições condominiais.....                                      | 235        |

|  |            |
|--|------------|
| 29.11. Certidão da serventia notarial e registral .....                    | 236        |
| 29.12. Títulos previstos em leis extravagantes .....                       | 237        |
| 30. Título executivo extrajudicial estrangeiro .....                       | 241        |
| 31. Protesto do título executivo judicial .....                            | 242        |
| 31.1. Natureza e finalidade do protesto do título judicial .....           | 243        |
| 31.2. Momento e requisitos do protesto do título judicial .....            | 243        |
| 31.3. Instrumento do protesto do título judicial.....                      | 245        |
| 31.4. Cancelamento do protesto de título judicial .....                    | 245        |
| 32. Inscrição do executado no cadastro dos inadimplentes .....             | 246        |
| <b>§ 10.º Inadimplemento .....</b>   | <b>247</b> |
| 33. Fato constitutivo da demanda executória .....                          | 247        |
| 34. Causas e efeitos do inadimplemento.....                                | 248        |
| 34.1. Causa do inadimplemento .....  | 249        |
| 34.2. Efeitos do inadimplemento .....                                      | 249        |
| 34.2.1. Inadimplemento absoluto .....                                      | 250        |
| 34.2.2. Inadimplemento relativo .....                                      | 250        |
| 34.2.3. Inadimplemento antecipado.....                                     | 251        |
| 34.2.4. Adimplemento ruim .....  | 252        |
| 35. Momento e prova do inadimplemento na demanda executória .....          | 253        |
| 35.1. Prova do vencimento do termo ( <i>mora ex persona</i> ) .....        | 253        |
| 35.2. Prova da realização da condição .....                                | 254        |
| 35.3. Prova do vencimento do prazo de espera .....                         | 255        |
| 36. Inadimplemento das obrigações bilaterais.....                          | 261        |
| 36.1. Controle da inicial.....   | 263        |
| 36.2. Prazo da suspensão .....   | 264        |
| 36.3. Despesas e honorários.....   | 264        |
| 37. Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior ..... | 264        |
| 38. Tempo e forma da oposição do executado .....                           | 265        |
| <b>4. INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA.....</b>                       | <b>267</b> |
| <b>§ 11.º Responsabilidade Patrimonial .....</b>                           | <b>268</b> |
| 39. Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado ..... | 268        |
| 40. Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....                | 272        |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 40.1.     | Casos especiais de responsabilidade primária .....                         | 274 |
| 40.1.1.   | Bens do devedor na posse de terceiros.....                                 | 274 |
| 40.1.2.   | Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução.....     | 276 |
| 40.1.3.   | Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra credores .....      | 276 |
| 40.2.     | Responsabilidade do sucessor a título singular .....                       | 277 |
| 40.3.     | Responsabilidade do sócio.....   | 278 |
| 40.3.1.   | Fundamento da responsabilidade do sócio .....                              | 278 |
| 40.3.2.   | Benefício de ordem do sócio.....   | 279 |
| 40.4.     | Responsabilidade do cônjuge ou companheiro.....                            | 281 |
| 40.5.     | Responsabilidade no caso de desconsideração da personalidade jurídica..... | 281 |
| 40.5.1.   | Responsabilidade secundária direta do sócio .....                          | 282 |
| 40.5.2.   | Responsabilidade secundária indireta do sócio .....                        | 284 |
| 40.5.3.   | Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica.....             | 287 |
| 40.5.3.1. | Iniciativa na desconsideração da pessoa jurídica.....                      | 288 |
| 40.5.3.2. | Momento da desconsideração da pessoa jurídica.....                         | 289 |
| 40.5.3.3. | Contraditório na desconsideração da pessoa jurídica.....                   | 289 |
| 40.5.3.4. | Decisão da desconsideração da pessoa jurídica.....                         | 290 |
| 40.5.3.5. | Efeitos da desconsideração da pessoa jurídica .....                        | 290 |
| 41.       | Responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....             | 292 |
| 41.1.     | Âmbito da responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados .....  | 293 |
| 41.2.     | Registro da penhora nos direitos reais limitados .....                     | 295 |
| 42.       | Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado.....                | 295 |
| 43.       | Classificação da impenhorabilidade.....                                    | 296 |
| 43.1.     | Impenhorabilidade material absoluta.....                                   | 298 |
| 43.2.     | Impenhorabilidade material relativa.....                                   | 300 |



|         |   |            |
|---------|---|------------|
| 43.2.1. | Regime da comunhão parcial .....                                      | 301        |
| 43.2.2. | Regime da comunhão universal .....                                    | 302        |
| 43.2.3. | Regime da separação total .....                                       | 302        |
| 43.2.4. | Regime dotal .....  | 303        |
| 43.2.5. | Regime de participação final nos aquestos.....                        | 303        |
| 43.3.   | Impenhorabilidade processual absoluta.....                            | 303        |
| 43.4.   | Impenhorabilidade processual relativa.....                            | 304        |
| 44.     | Princípios da impenhorabilidade.....                                  | 304        |
| 44.1.   | Tipicidade da impenhorabilidade .....                                 | 304        |
| 44.2.   | Disponibilidade da impenhorabilidade .....                            | 306        |
| 45.     | Bens de impenhorabilidade controvertida.....                          | 308        |
| 45.1.   | Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos ..... | 309        |
| 45.2.   | Penhorabilidade das quotas sociais.....                               | 310        |
| 45.3.   | Penhorabilidade do telefone .....                                     | 312        |
| 45.4.   | Penhorabilidade das próteses .....                                    | 313        |
| 45.5.   | Penhorabilidade dos alimentos e de outros bens.....                   | 314        |
| 45.5.1. | Penhorabilidade do material fixo e rodante das ferrovias .....        | 314        |
| 45.5.2. | Penhorabilidade das missivas .....                                    | 314        |
| 45.5.3. | Penhorabilidade dos jazigos.....                                      | 314        |
| 45.5.4. | Penhorabilidade de imagens e de objetos de culto religioso .....      | 315        |
|         | <i>Subseção I – Impenhorabilidade absoluta .....</i>                  | <i>316</i> |
| 46.     | Natureza e finalidade do benefício de competência .....               | 316        |
| 47.     | Limites positivos do benefício de competência.....                    | 317        |
| 47.1.   | Impenhorabilidade dos inalienáveis .....                              | 317        |
| 47.2.   | Impenhorabilidade do seguro de vida .....                             | 317        |
| 47.3.   | Impenhorabilidade dos recursos públicos com destinação social ....    | 318        |
| 47.4.   | Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário ....      | 319        |
|         | <i>Subseção II – Impenhorabilidade relativa.....</i>                  | <i>320</i> |
| 48.     | Limites positivos da impenhorabilidade relativa .....                 | 320        |
| 48.1.   | Impenhorabilidade convencional .....                                  | 321        |

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| 48.2.      | Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos.....                                       | 321 |
| 48.3.      | Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais .....  | 322 |
| 48.4.      | Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural ....                          | 324 |
| 48.5.      | Impenhorabilidade relativa dos bens profissionais necessários<br>ou úteis.....            | 328 |
| 48.6.      | Impenhorabilidade relativa dos materiais de obras em anda-<br>mento.....                  | 331 |
| 48.7.      | Impenhorabilidade relativa dos depósitos em caderneta de<br>poupança .....                | 331 |
| 48.8.      | Impenhorabilidade relativa dos créditos na incorporação imobi-<br>liária .....            | 333 |
| 48.9.      | Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens<br>inalienáveis.....          | 333 |
| 48.10.     | Impenhorabilidade relativa em caso de direito de retenção .....                           | 334 |
| 48.11.     | Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da<br>sede da moradia .....     | 335 |
| 48.12.     | Impenhorabilidade relativa do bem de família .....  | 336 |
| 48.12.1.   | Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de<br>família e da residência familiar..... | 336 |
| 48.12.2.   | Fundamento da impenhorabilidade da residência fa-<br>miliar .....                         | 341 |
| 48.12.3.   | Objeto da impenhorabilidade da residência familiar .....                                  | 342 |
| 48.12.3.1. | Impenhorabilidade do prédio .....   | 342 |
| 48.12.3.2. | Impenhorabilidade do conteúdo.....  | 348 |
| 48.12.4.   | Beneficiários da impenhorabilidade da residência fa-<br>miliar .....                      | 350 |
| 48.12.5.   | Exceções à impenhorabilidade da residência familiar ....                                  | 353 |
| 48.12.5.1. | Crédito do financiador da residência.....   | 356 |
| 48.12.5.2. | Crédito alimentar .....   | 356 |
| 48.12.5.3. | Crédito tributário, preço público e despesas<br>condominiais .....                        | 357 |
| 48.12.5.4. | Crédito hipotecário .....   | 358 |
| 48.12.5.5. | Crédito resultante da sentença penal conde-<br>natória.....                               | 359 |
| 48.12.5.6. | Crédito decorrente de fiança locatícia.....   | 360 |

|  |     |
|--|-----|
| <i>Subseção III – Invalidação da penhora</i> .....                                     | 361 |
| 49. Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem .....                       | 361 |
| 50. Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade .....                        | 362 |
| <b>§ 12.º Fraude na Execução</b> .....   | 363 |
| 51. Conceito e natureza da fraude contra execução .....                                | 363 |
| 52. Requisitos da fraude contra execução .....   | 368 |
| 52.1. Litispendência como elemento da fraude .....                                     | 368 |
| 52.2. Frustração do meio executório como elemento da fraude .....                      | 372 |
| 53. Tipicidade da fraude contra o processo executivo .....                             | 373 |
| 53.1. Pendência de ação fundada em direito real ou reipersecutória .....               | 375 |
| 53.2. Registro da pendência da execução .....  | 377 |
| 53.3. Registro da hipoteca judiciária ou de constrição judicial .....                  | 377 |
| 53.4. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insol-<br>vência ..... | 385 |
| 53.5. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar .....                  | 387 |
| 53.6. Demais casos e fraude na execução fiscal .....                                   | 388 |
| 54. Procedimento da declaração de existência da fraude contra execução .....           | 389 |
| 55. Efeitos da declaração de existência da fraude contra execução .....                | 392 |
| <b>§ 13.º Obrigações e Execução</b> .....  | 393 |
| 56. Título executivo e obrigação .....   | 393 |
| 57. Classificação das obrigações na lei processual .....                               | 394 |
| 57.1. Obrigações líquidas e ilíquidas .....  | 397 |
| 57.2. Obrigações conjuntivas e alternativas .....                                      | 398 |
| 57.3. Obrigações condicionais e a termo .....  | 399 |
| 57.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis .....                                       | 400 |
| <b>§ 14.º Liquidação do Título Judicial</b> .....                                      | 401 |
| 58. Conceito e natureza da liquidação .....  | 401 |
| 59. Causa da liquidação .....  | 403 |
| 59.1. Proibição da condenação genérica .....   | 405 |
| 59.2. Liquidez e espécies de obrigação .....   | 407 |
| 59.3. Casos de liquidação obrigatória .....  | 407 |
| 59.4. Liquidação e título extrajudicial .....  | 408 |

|  |            |
|--|------------|
| 60. Liquidação e inexistência da obrigação .....                             | 409        |
| 61. Pressupostos processuais na liquidação .....                             | 410        |
| 62. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação .....                 | 412        |
| 63. Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência...  | 413        |
| 63.1. Coisa julgada resultante da liquidação .....                           | 413        |
| 63.2. Correção do erro material .....  | 414        |
| 63.3. Renovação da liquidação .....  | 416        |
| 63.4. Sucumbência na liquidação .....  | 416        |
| 64. Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título ..... | 417        |
| 65. Liquidação e espécies de execução .....                                  | 418        |
| 66. Liquidação por cálculo .....   | 419        |
| 66.1. Natureza da liquidação por cálculo .....                               | 419        |
| 66.2. Âmbito da liquidação por cálculo .....                                 | 424        |
| 66.3. Elementos da liquidação por cálculo .....                              | 424        |
| 66.4. Requisitos da planilha na liquidação por cálculo .....                 | 427        |
| 66.5. Recursos na liquidação por cálculo .....                               | 429        |
| 67. Liquidação por arbitramento .....  | 430        |
| 68. Liquidação por artigos .....   | 432        |
| 69. Princípio da fidelidade ao título .....                                  | 435        |
| <b>§ 15.º Cumulação de Execuções .....</b>                                   | <b>437</b> |
| 70. Natureza e efeitos da cumulação de execuções .....                       | 437        |
| 71. Requisitos da cumulação inicial de execuções .....                       | 438        |
| 71.1. Identidade de partes .....   | 439        |
| 71.2. Identidade de competência .....  | 439        |
| 71.3. Identidade de meios executórios .....                                  | 440        |
| 72. Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências .....                | 441        |
| 73. Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas .....            | 443        |
| <b>§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado .....</b>                   | <b>444</b> |
| 74. Natureza do cumprimento por iniciativa do obrigado .....                 | 444        |
| 75. Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado .....             | 445        |
| 75.1. Cabimento do cumprimento voluntário .....                              | 446        |
| 75.2. Legitimidade da parte e de terceiro .....                              | 447        |
| 75.3. Momento do cumprimento voluntário .....                                | 447        |

|   |  |            |
|---|--|------------|
| 75.4.   | Pressupostos processuais e competência.....                              | 448        |
| 75.5.   | Intimação e atitudes do credor .....                                     | 448        |
| 75.6.   | Efeitos do depósito.....   | 448        |
| 75.7.   | Resolução do incidente.....  | 449        |
| <b>§ 17.º Cumprimento Provisório .....</b>          |  | <b>449</b> |
| 76.   | Fundamentos e conceito do cumprimento provisório de título judicial..... | 449        |
| 76.1.   | Caráter definitivo da execução de título extrajudicial.....              | 452        |
| 76.2.   | Particularidades da execução definitiva de título judicial .....         | 453        |
| 76.2.1.   | Execução definitiva do capítulo da sentença.....                         | 454        |
| 76.2.2.   | Execução definitiva na pendência de rescisória.....                      | 454        |
| 76.2.3.   | Execução definitiva da interlocutória e da tutela provisória.....        | 455        |
| 76.3.   | Particularidades da execução provisória de título judicial.....          | 458        |
| 77.   | Regime do cumprimento provisório do título judicial .....                | 461        |
| 77.1.   | Escolha do meio executório no cumprimento provisório .....               | 462        |
| 77.2.   | Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provisório.....    | 462        |
| 77.3.   | Pressupostos da satisfação do exequente no cumprimento provisório.....   | 464        |
| 77.3.1.   | Particularidades da caução no cumprimento provisório                     | 465        |
| 77.3.2.   | Dispensa da caução no cumprimento provisório .....                       | 466        |
| 77.4.   | Restituição ao estado anterior desfeito o cumprimento provisório...      | 469        |
| 78.   | Procedimento do cumprimento provisório do título judicial.....           | 471        |
| 78.1.   | Oportunidade do cumprimento provisório .....                             | 472        |
| 78.2.   | Formação de autos próprios no cumprimento provisório .....               | 472        |
| 78.3.   | Adimplemento do executado no cumprimento provisório.....                 | 474        |
| 78.4.   | Prestação de caução no cumprimento provisório.....                       | 474        |
| 78.5.   | Extinção do cumprimento provisório.....                                  | 475        |
| 78.6.   | Cabimento da impugnação do executado.....                                | 476        |
| 78.7.   | Cabimento de honorários advocatícios no cumprimento provisório.....      | 477        |
| <b>§ 18.º Medidas de Urgência na Execução .....</b> |  | <b>477</b> |
| 79.   | Tutela provisória da atividade executiva.....                            | 477        |
| 80.   | Momento e procedimento das medidas de urgência .....                     | 481        |

|  |     |
|--|-----|
| <b>§ 19.º Responsabilidade do Exequente</b> .....          | 482 |
| 81. Responsabilidade do exequente na execução .....        | 482 |
| 81.1. Natureza da responsabilidade do exequente .....      | 482 |
| 81.2. Elementos da responsabilidade do exequente.....      | 483 |
| 81.3. Extensão da responsabilidade perante terceiros ..... | 485 |
| 81.4. Efeitos da responsabilidade do exequente .....       | 485 |
| <b>§ 20.º Comportamento Processual do Executado</b> .....  | 486 |
| 82. Lealdade processual no processo executivo .....        | 486 |
| 83. Tipicidade do comportamento processual .....           | 488 |
| 84. Efeitos da deslealdade do executado .....              | 492 |

## **Título II – Relação processual executiva**

|  |     |
|--|-----|
| <b>5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO</b> .....                           | 495 |
| <b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS</b> .....                                     | 496 |
| <b>§ 21.º Pressupostos Processuais</b> .....                             | 496 |
| 85. Pressupostos processuais e demanda executória.....                   | 496 |
| 86. Conceito de pressupostos processuais.....                            | 498 |
| 87. Classificação dos pressupostos processuais .....                     | 500 |
| 88. Controle dos pressupostos processuais .....                          | 501 |
| 88.1. Oportunidade de controle dos pressupostos processuais.....         | 502 |
| 88.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais .....       | 503 |
| <b>SEÇÃO II – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DO JUÍZO</b> ..... | 504 |
| <b>§ 22.º Jurisdição</b> .....   | 504 |
| 89. Existência de jurisdição e processo executivo .....                  | 504 |
| 89.1. Órgãos especiais de jurisdição .....                               | 505 |
| 89.2. Natureza do ato jurisdicional .....                                | 506 |
| 90. Limites e controle da jurisdição no processo executivo .....         | 508 |
| <b>§ 23.º Competência</b> .....  | 510 |
| 91. Competência na execução .....  | 510 |
| 91.1. Massa de lides e sua distribuição.....                             | 510 |

|               |  |            |
|---------------|--|------------|
| 91.2.         | Conceito de competência .....  | 511        |
| 91.3.         | Identificação dos órgãos jurisdicionais .....  | 512        |
| 91.4.         | Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão.....                                 | 512        |
| 91.5.         | Provocação do processo e problema de competência .....   | 513        |
| 91.6.         | Espécies de competência.....   | 513        |
| 92.           | Competência na execução fundada em título judicial .....   | 515        |
| 92.1.         | Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau .....            | 515        |
| 92.2.         | Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....                       | 517        |
| 92.3.         | Execução do título produzido no juízo arbitral .....   | 521        |
| 92.4.         | Execução do título produzido no juízo penal .....  | 522        |
| 92.5.         | Execução do título estrangeiro .....   | 522        |
| 93.           | Competência na execução fundada em título extrajudicial.....                                       | 523        |
| 93.1.         | Competência geral na execução de título extrajudicial .....  | 523        |
| 93.1.1.       | Competência interna .....  | 524        |
| 93.1.2.       | Competência internacional.....   | 526        |
| 93.2.         | Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa ....                                   | 526        |
| 93.3.         | Competência na execução coletiva.....  | 529        |
| 94.           | Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência..... | 529        |
| 95.           | Controle da competência na execução .....  | 531        |
| 95.1.         | Cabimento da alegação de incompetência nas execuções individual e coletiva .....                   | 532        |
| 95.2.         | Momento e forma da alegação de incompetência .....   | 532        |
| 95.3.         | Procedimento e efeito da alegação de incompetência .....   | 533        |
| <b>§ 24.º</b> | <b>Imparcialidade .....</b>  | <b>534</b> |
| 96.           | Imparcialidade do juiz na execução .....   | 534        |
| 97.           | Causas de frustração da imparcialidade .....   | 537        |
| 98.           | Controle da imparcialidade na execução.....  | 540        |
| 98.1.         | Cabimento da exceção de parcialidade .....   | 540        |
| 98.2.         | Âmbito subjetivo da exceção de parcialidade .....  | 541        |
| 98.3.         | Momento e forma da exceção de parcialidade.....  | 541        |
| 98.4.         | Procedimento e efeito da exceção de parcialidade .....   | 543        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>SEÇÃO III – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DAS PARTES ....</b>                     | <b>544</b> |
| 99. Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais .....           | 544        |
| <b>§ 25.º Personalidade Processual .....</b>   | <b>547</b> |
| 100. Personalidade processual no processo executivo .....                                      | 547        |
| 101. Controle da falta de personalidade processual .....                                       | 549        |
| <b>§ 26.º Capacidade Processual .....</b>  | <b>549</b> |
| 102. Capacidade processual na execução .....   | 549        |
| 102.1. Capacidade processual plena .....   | 550        |
| 102.2. Capacidade processual relativa e assistência .....                                      | 551        |
| 102.3. Incapacidade processual e representação .....   | 551        |
| 103. Integração da capacidade processual .....   | 551        |
| 103.1. Integração da capacidade processual pelo cônjuge .....                                  | 552        |
| 103.2. Integração da capacidade processual por curador especial .....                          | 552        |
| 104. Intervenção do Ministério Público .....   | 554        |
| 105. Controle dos defeitos de capacidade processual .....                                      | 555        |
| 105.1. Momento de verificação do defeito .....   | 555        |
| 105.2. Iniciativa do conhecimento do defeito .....   | 555        |
| 105.3. Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação .....                        | 555        |
| 105.4. Perda superveniente da capacidade processual .....                                      | 556        |
| 105.5. Efeitos da inércia do interessado .....   | 556        |
| 105.6. Efeitos do saneamento do defeito .....  | 556        |
| <b>§ 27.º Capacidade Postulatória .....</b>  | <b>557</b> |
| 106. Função pública do advogado e processo executivo .....                                     | 557        |
| 106.1. Atos privativos de advogado na execução .....   | 559        |
| 106.2. Prova da outorga do mandato .....   | 559        |
| 106.3. Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória ..... | 560        |
| 107. Controle dos defeitos de capacidade postulatória .....                                    | 561        |
| 107.1. Momento de verificação do defeito relativo à capacidade postulatória .....              | 561        |
| 107.2. Conhecimento de ofício do defeito relativo à capacidade postulatória .....              | 561        |



|               |   |            |
|---------------|---|------------|
| 107.3.        | Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória .....                    | 561        |
| 107.4.        | Efeitos da inércia do interessado .....                                       | 562        |
| 107.5.        | Efeitos do saneamento pelo interessado .....                                  | 562        |
| <b>§ 28.º</b> | <b>Legitimidade .....</b>   | <b>562</b> |
|               | <i>Subseção I – Noções gerais .....</i>                                       | <i>562</i> |
| 108.          | Partes legítimas na execução .....  | 562        |
| 109.          | Parte e terceiro na execução .....  | 565        |
| 110.          | Litisconsórcio ativo e passivo na execução .....                              | 568        |
| 111.          | Intervenção de terceiros na execução .....                                    | 571        |
| 112.          | Classificação da legitimidade de parte na execução .....                      | 572        |
|               | <i>Subseção II – Legitimidade ativa .....</i>                                 | <i>574</i> |
| 113.          | Legitimidade ativa ordinária primária .....                                   | 574        |
| 114.          | Legitimidade ativa ordinária superveniente .....                              | 576        |
| 114.1.        | Legitimidade superveniente do ofendido .....                                  | 576        |
| 114.2.        | Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor ..... | 577        |
| 114.3.        | Legitimidade superveniente do cessionário .....                               | 577        |
| 114.4.        | Legitimidade superveniente do sub-rogado .....                                | 579        |
| 114.5.        | Legitimidade superveniente do cidadão .....                                   | 579        |
| 115.          | Legitimidade ativa extraordinária .....                                       | 580        |
| 115.1.        | Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva .....                          | 580        |
| 115.2.        | Legitimidade extraordinária autônoma concorrente .....                        | 580        |
|               | <i>Subseção III – Legitimidade passiva .....</i>                              | <i>582</i> |
| 116.          | Legitimidade passiva ordinária primária .....                                 | 582        |
| 117.          | Legitimidade passiva ordinária superveniente .....                            | 583        |
| 117.1.        | Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor ....               | 583        |
| 117.2.        | Legitimidade passiva do novo devedor .....                                    | 585        |
| 118.          | Legitimidade passiva extraordinária .....                                     | 586        |
| 118.1.        | Legitimidade extraordinária do fiador .....                                   | 587        |
| 118.2.        | Legitimidade extraordinária do proprietário do bem gravado ...                | 590        |
| 118.3.        | Legitimidade extraordinária do responsável tributário .....                   | 590        |
| 118.4.        | Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular .....               | 593        |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 118.5. | Legitimidade extraordinária do sócio e dos responsáveis em geral .....                              | 594 |
| 118.6. | Legitimidade extraordinária do cônjuge.....   | 595 |
| 118.7. | Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador ..... | 596 |
| 119.   | Assistência na execução .....   | 596 |

#### **SEÇÃO IV – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL .....**

##### **§ 29.º Litispendência.....**

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 120. | Litispendência na execução .....             | 598 |
| 121. | Controle da litispendência na execução ..... | 602 |

##### **§ 30.º Coisa Julgada .....**

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 122. | Coisa julgada na execução .....             | 603 |
| 123. | Controle da coisa julgada na execução ..... | 608 |

##### **§ 31.º Perempção.....**

|      |                             |     |
|------|-----------------------------|-----|
| 124. | Perempção na execução ..... | 608 |
|------|-----------------------------|-----|

##### **§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas .....**

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 125. | Pagamento ou depósito prévio da sucumbência.....           | 609 |
| 126. | Caução para garantir custas e honorários na execução ..... | 611 |

#### **SEÇÃO V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL .....**

##### **§ 33.º Invalidades .....**

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 127.   | Invalidades no processo executivo .....                              | 612 |
| 127.1. | Classificação das invalidades.....                                   | 613 |
| 127.2. | Nulidades cominada e não cominada.....                               | 615 |
| 128.   | Nulidades cominadas no processo executivo.....                       | 616 |
| 128.1. | Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo ..... | 616 |
| 128.2. | Citação inexistente ou nula do executado.....                        | 617 |
| 128.3. | Verificação do termo ou condição .....                               | 617 |
| 129.   | Momento, forma e preclusão do controle das invalidades .....         | 617 |
| 130.   | Adequação do procedimento .....                                      | 618 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>6. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>                                       | <b>621</b> |
| <b>SEÇÃO I – PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO .....</b>                                   | <b>621</b> |
| <b>§ 34.º Princípio da Demanda .....</b>   | <b>621</b> |
| 131. Impulso da parte na execução .....  | 621        |
| 132. Impulso oficial na execução .....   | 625        |
| 133. Petição inicial da execução .....   | 626        |
| <b>§ 35.º Requisitos da Petição Inicial .....</b>                                    | <b>628</b> |
| 134. Requisitos gerais da petição inicial .....                                      | 628        |
| 134.1. Identificação e qualificação das partes.....                                  | 631        |
| 134.2. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido .....                                 | 634        |
| 134.3. Pedido na execução .....  | 634        |
| 134.4. Indicação do valor da causa .....   | 637        |
| 134.5. Instrução da petição inicial.....   | 639        |
| 134.5.1. Ônus de exibição do título executivo .....                                  | 639        |
| 134.5.2. Prova do termo ou da condição.....  | 640        |
| 134.5.3. Prova da prestação nas obrigações bilaterais.....                           | 641        |
| 134.5.4. Ônus de exibição do demonstrativo do débito.....                            | 643        |
| 135. Requisitos especiais da petição inicial .....                                   | 644        |
| 135.1. Indicação da espécie de execução .....  | 645        |
| 135.2. Intimação dos titulares de direito real de garantia e de outros direitos..... | 646        |
| 135.3. Requerimento e modos de citação do executado .....                            | 647        |
| 135.4. Indicação de bens passíveis de constrição .....                               | 650        |
| 135.5. Requerimento de investigação de ativos financeiros .....                      | 650        |
| 135.6. Requerimento de concessão do benefício da gratuidade .....                    | 654        |
| 135.7. Pedido de medidas de urgência.....  | 654        |
| 136. Requisitos formais da petição inicial.....                                      | 655        |
| 136.1. Forma da petição inicial.....   | 655        |
| 136.2. Datação da petição inicial .....  | 655        |
| 136.3. Autenticação da petição inicial .....   | 655        |
| 136.4. Indicação do endereço do advogado do exequente .....                          | 656        |
| 136.5. Produção dos documentos indispensáveis.....                                   | 656        |
| 136.6. Duplicação da petição inicial .....   | 657        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória .....</b>           | <b>657</b> |
| 137. Propositura da execução.....                                       | 657        |
| 138. Efeitos da propositura da execução.....                            | 659        |
| 138.1. Prevenção no processo executivo.....                             | 659        |
| 138.2. Litispendência .....   | 660        |
| 138.3. Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....      | 660        |
| 138.4. Constituição em mora do executado.....                           | 661        |
| 138.5. Prescrição da pretensão a executar .....                         | 662        |
| 138.6. Averbação do ajuizamento da execução .....                       | 665        |
| 138.6.1. Natureza da averbação .....                                    | 666        |
| 138.6.2. Procedimento da averbação .....                                | 667        |
| 138.6.3. Efeitos da averbação do ajuizamento .....                      | 668        |
| 138.6.4. Responsabilidade do exequente pela averbação<br>indevida.....  | 669        |
| 139. Ônus de averbação da propositura e das constrações .....           | 669        |
| <b>SEÇÃO II – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL .....</b>                     | <b>670</b> |
| <b>§ 37.º Emendas da Petição Inicial .....</b>                          | <b>670</b> |
| 140. Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....             | 670        |
| 141. Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento ..... | 672        |
| <b>§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial .....</b>                    | <b>673</b> |
| 142. Extinção liminar do processo executivo.....                        | 673        |
| 143. Pronunciamento extintivo e recurso cabível .....                   | 675        |
| <b>§ 39.º Deferimento Liminar da Execução .....</b>                     | <b>676</b> |
| 144. Deferimento da inicial e citação do executado.....                 | 676        |
| <b>7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>                         | <b>679</b> |
| <b>§ 40.º Noções Gerais.....</b>  | <b>679</b> |
| 145. Crises da relação processual.....                                  | 679        |
| 146. Conceito e objeto da suspensão do processo .....                   | 683        |
| 147. Classificação dos eventos suspensivos do processo.....             | 685        |
| 148. Meios executórios e suspensão do processo executivo.....           | 686        |

|  |     |
|--|-----|
| <b>§ 41.º Suspensão Obrigatória</b> .....  | 687 |
| 149. Princípio da taxatividade: casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória.....     | 687 |
| 150. Casos comuns de suspensão obrigatória .....   | 689 |
| 150.1. Morte ou perda da capacidade processual da parte .....                              | 689 |
| 150.2. Morte ou perda da capacidade processual do representante ....                       | 691 |
| 150.3. Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado.....                          | 692 |
| 150.4. Exceção de impedimento e de suspeição.....  | 693 |
| 150.4.1. Âmbito da exceção de parcialidade na execução.....                                | 694 |
| 150.4.2. Oportunidade da exceção de parcialidade na execução.....                          | 694 |
| 150.4.3. Concessão do efeito suspensivo da exceção de parcialidade.....                    | 695 |
| 150.5. Pendência de eventos externos.....  | 696 |
| 150.6. Prejudicialidade externa na execução.....   | 697 |
| 150.7. Força maior suspensiva.....   | 699 |
| 150.8. Casos comuns atípicos de suspensão obrigatória .....                                | 700 |
| 150.8.1. Suspensão no caso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ..... | 700 |
| 150.8.2. Suspensão no caso da verificação da capacidade do executado .....                 | 700 |
| 150.8.3. Suspensão no caso de atentado .....   | 701 |
| 150.8.4. Suspensão no caso das férias forenses.....  | 702 |
| 150.8.5. Suspensão no caso de conflito de competência.....                                 | 703 |
| 150.9. Suspensão em caso de maternidade ou de paternidade.....                             | 704 |
| 151. Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória da execução .....                   | 705 |
| 152. Efeito suspensivo da impugnação do executado.....                                     | 706 |
| 152.1. Necessidade de requerimento do executado.....                                       | 707 |
| 152.2. Caráter ope judicis da suspensão .....  | 707 |
| 152.3. Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação .....                               | 708 |
| 152.4. Contracautela do exequente e prosseguimento da execução....                         | 709 |
| 152.5. Recurso cabível do incidente de suspensão.....                                      | 710 |
| 153. Efeito suspensivo dos embargos à execução .....                                       | 711 |

|        |   |            |
|--------|---|------------|
| 153.1. | Necessidade de requerimento do executado.....                           | 712        |
| 153.2. | Caráter ope iudicis da suspensão .....                                  | 713        |
| 153.3. | Pressupostos da concessão de efeito suspensivo aos embargos .....       | 713        |
| 153.4. | Modificação e revogação do efeito suspensivo .....                      | 715        |
| 153.5. | Recurso cabível no incidente de suspensão.....                          | 715        |
| 154.   | Efeito suspensivo dos embargos de terceiro .....                        | 716        |
| 155.   | Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro).....            | 718        |
| 156.   | Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral .....              | 719        |
| 157.   | Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz ..... | 719        |
| 158.   | Falta de bens penhoráveis.....  | 720        |
| 159.   | Frustração da alienação coativa .....                                   | 724        |
| 160.   | Efeito suspensivo do parcelamento limitado .....                        | 725        |
| 160.1. | Âmbito da suspensão dilatória da execução.....                          | 725        |
| 160.2. | Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória.....    | 727        |
| 160.3. | Efeito da postulação do executado da suspensão dilatória.....           | 727        |
| 160.4. | Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória....          | 728        |
| 160.5. | Contraditório na postulação da suspensão dilatória.....                 | 730        |
| 160.6. | Efeitos do deferimento da suspensão dilatória.....                      | 731        |
| 160.7. | Cessação da suspensão dilatória da execução.....                        | 731        |
| 161.   | Falta de localização do executado .....                                 | 732        |
| 162.   | Suspensão cautelar da execução .....                                    | 732        |
| 163.   | Suspensão da insolvência civil .....                                    | 735        |
|        | <b>§ 42.º Suspensão Voluntária .....</b>                                | <b>735</b> |
| 164.   | Suspensão convencional genérica.....                                    | 735        |
| 165.   | Suspensão dilatória ilimitada da execução.....                          | 736        |
|        | <b>§ 43.º Conversão da Execução .....</b>                               | <b>739</b> |
| 166.   | Frustração da execução específica e conversão da execução .....         | 739        |
|        | <b>§ 44.º Efeitos da Suspensão .....</b>                                | <b>740</b> |
| 167.   | Efeitos da suspensão do processo executivo.....                         | 740        |

|  |     |
|--|-----|
| <b>8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b> .....                                 | 743 |
| <b>§ 45.º Noções Gerais</b> .....  | 743 |
| 168. Natureza do ato extintivo da execução .....                               | 743 |
| 169. Causas da sentença na execução .....                                      | 746 |
| 170. Forma da sentença na execução .....                                       | 748 |
| 171. Eficácia da sentença na execução .....                                    | 751 |
| 172. Classificação das sentenças na execução .....                             | 753 |
| 173. Recurso cabível contra a sentença na execução .....                       | 754 |
| <b>§ 46.º Extinção Própria</b> .....   | 754 |
| 174. Cumprimento espontâneo da obrigação .....                                 | 754 |
| 174.1. Cumprimento voluntário na execução em geral .....                       | 755 |
| 174.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução) .....      | 757 |
| 174.2.1. Distinção da remição da execução das figuras afins ....               | 757 |
| 174.2.2. Procedimento da remição da execução .....                             | 758 |
| 174.2.2.1. Oportunidade da remição da execução ...                             | 759 |
| 174.2.2.2. Legitimidade para remir a execução .....                            | 760 |
| 174.2.2.3. Oposição do exequente à remição da execução .....                   | 760 |
| 174.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução .....                     | 760 |
| 174.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução ..... | 761 |
| 174.2.2.6. Efeitos da remição da execução .....                                | 761 |
| 175. Cumprimento forçado da obrigação .....                                    | 762 |
| <b>§ 47.º Extinção Imprópria</b> .....   | 763 |
| 176. Indeferimento da petição inicial .....                                    | 763 |
| 177. Abandono bilateral .....  | 765 |
| 178. Abandono unilateral .....   | 766 |
| 179. Desistência da execução .....   | 767 |
| 180. Ausência de pressuposto processual .....                                  | 770 |

|               |  |            |
|---------------|--|------------|
| 180.1.        | Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar incidental .....       | 770        |
| 180.2.        | Casos de ausência de pressupostos da pretensão a executar .....              | 772        |
| 181.          | Ausência de interesse processual e de legitimidade .....                     | 774        |
| 182.          | Intransmissibilidade do objeto litigioso .....                               | 775        |
| 183.          | Confusão entre exequente e executado .....                                   | 776        |
| 184.          | Causas processuais específicas .....   | 776        |
| 184.1.        | Ausência de litisconsorte necessário.....                                    | 777        |
| 184.2.        | Ausência de pressuposto processual subjetivo.....                            | 778        |
| 184.3.        | Ausência de pressuposto processual objetivo extrínseco .....                 | 778        |
| 185.          | Execução infrutífera, prescrição intercorrente e inutilidade da tutela ..... | 778        |
| 186.          | Liberação do executado .....   | 779        |
| <b>§ 48.º</b> | <b>Despesas Processuais e Honorários na Execução .....</b>                   | <b>781</b> |
| 187.          | Responsabilidade por despesas processuais.....                               | 781        |
| 187.1.        | Conceito e classificação das despesas .....                                  | 781        |
| 187.2.        | Dever de o exequente antecipar as despesas .....                             | 784        |
| 187.3.        | Responsabilidade geral do executado .....                                    | 784        |
| 187.4.        | Concessão do benefício da gratuidade ao executado.....                       | 786        |
| 187.5.        | Despesas processuais da Fazenda Pública.....                                 | 788        |
| 188.          | Honorários de advogado na execução .....                                     | 789        |
| 188.1.        | Cabimento dos honorários .....   | 791        |
| 188.2.        | Momento da fixação .....   | 796        |
| 188.3.        | Montante dos honorários.....   | 797        |
| 188.4.        | Natureza do provimento e recurso .....                                       | 799        |
| 189.          | Responsabilidade da parte vencida .....                                      | 799        |

### **Título III – Procedimentos executivos comuns**

|  |            |
|--|------------|
| <b>9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA .....</b>                   | <b>801</b> |
| <b>SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR DESAPOSSAMENTO .....</b>               | <b>801</b> |
| <b>§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento .....</b> | <b>801</b> |
| 190. Abrangência desapossamento .....                            | 801        |



|   |            |
|---|------------|
| 191. Certeza da coisa no desapossamento .....                               | 805        |
| 192. Objeto do desapossamento .....   | 806        |
| 193. Título executivo na execução para entrega de coisa .....               | 806        |
| <b>SEÇÃO II – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA .....</b>                      | <b>808</b> |
| <b>§ 50.º Procedimento da Execução do Título Judicial .....</b>             | <b>808</b> |
| 194. Impulso do exequente na execução para entrega de coisa .....           | 808        |
| 195. Individualização da coisa .....  | 809        |
| 196. Prazo de entrega da coisa .....  | 809        |
| 197. Depósito do valor das benfeitorias indenizáveis .....                  | 810        |
| 198. Prosseguimento da execução .....                                       | 812        |
| <b>§ 51.º Procedimento da Execução do Título Extrajudicial .....</b>        | <b>812</b> |
| 199. Liquidação das benfeitorias.....                                       | 812        |
| 199.1. Abrangência da liquidação prévia .....                               | 813        |
| 199.2. Forma da liquidação prévia .....                                     | 813        |
| 199.3. Embargos de retenção .....   | 814        |
| 200. Petição inicial da execução para entrega de coisa .....                | 816        |
| 201. Provimento liminar (fixação de honorários e de multa pecuniária) ..... | 816        |
| 202. Atitudes do executado na execução para entrega de coisa .....          | 818        |
| 203. Frustração da execução específica .....                                | 820        |
| 204. Desapossamento da coisa litigiosa .....                                | 821        |
| 205. Levantamento da coisa na pendência de embargos .....                   | 823        |
| 206. Extinção da execução .....   | 824        |
| <b>SEÇÃO III – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA .....</b>             | <b>824</b> |
| <b>§ 52.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta.....</b>  | <b>824</b> |
| 207. Objeto do desapossamento na execução para entrega de coisa incerta ... | 824        |
| 208. Individualização no cumprimento da sentença.....                       | 825        |
| <b>§ 53.º Procedimento da Execução de Entrega de Coisa Incerta .....</b>    | <b>825</b> |
| 209. Incidente de individualização da coisa.....                            | 825        |
| 209.1. Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha....      | 826        |
| 209.2. Impugnação à escolha.....  | 826        |
| 210. Prosseguimento da execução .....                                       | 827        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER .....</b>                                    | <b>829</b> |
| <b>§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais .....</b>        | <b>830</b> |
| 211. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais .....                       | 830        |
| 212. Título executivo da obrigação de fazer .....   | 832        |
| 213. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade .....   | 833        |
| <b>SUBCAPÍTULO I – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL .....</b>  | <b>834</b> |
| <b>§ 55.º Procedimento da Execução de Título Judicial .....</b>                                     | <b>834</b> |
| 214. Conteúdo do título executivo judicial .....  | 834        |
| 215. Impulso da parte na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....     | 835        |
| 216. Provimento liminar na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....   | 836        |
| 217. Efeitos do descumprimento doloso da obrigação de fazer e de não fazer de título judicial ..... | 837        |
| 218. Defesa do executado na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....  | 838        |
| <b>SUBCAPÍTULO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PATRIMONIAL .....</b>                                      | <b>838</b> |
| <b>§ 56.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial .....</b>                               | <b>838</b> |
| 219. Fundamento do meio executório da coerção patrimonial .....                                     | 838        |
| 220. Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial .....                            | 842        |
| 221. Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública .....                                  | 843        |
| <b>§ 57.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial .....</b>                                | <b>845</b> |
| 222. Aplicação da pena pecuniária .....   | 845        |
| 222.1. Desnecessidade da iniciativa da parte .....  | 845        |
| 222.2. Valor da multa pecuniária .....  | 847        |
| 222.3. Duração da multa pecuniária .....  | 848        |
| 222.4. Modificação e exclusão da pena pecuniária .....  | 849        |
| 222.5. Pena pecuniária e perdas e danos .....   | 853        |
| 222.6. Opção por outro meio executório .....  | 854        |
| 223. Desenvolvimento e extinção da execução .....   | 854        |

|   |     |
|---|-----|
| <b>SUBCAPÍTULO III – EXECUÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO</b> .....               | 856 |
| <b>SEÇÃO I – OBRIGAÇÃO FUNGÍVEL</b> .....                               | 856 |
| <b>§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível</b> .....      | 856 |
| <i>Subseção I – Fase postulatória</i> .....                             | 856 |
| 224. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento ..... | 856 |
| 224.1. Heterogeneidade do prazo .....                                   | 857 |
| 224.2. Modos de fixação do prazo .....                                  | 857 |
| 224.3. Prorrogação do prazo .....                                       | 858 |
| 224.4. Inserção do prazo no mandado executivo .....                     | 858 |
| 224.5. Fixação dos honorários advocatícios .....                        | 858 |
| 224.6. Natureza do ato decisório e recurso .....                        | 859 |
| 225. Caracterização e determinação do fazer .....                       | 859 |
| 226. Atitudes do executado após a citação .....                         | 860 |
| 226.1. Efeitos do cumprimento total e parcial .....                     | 860 |
| 226.2. Inércia do executado .....                                       | 861 |
| 226.3. Oposição do executado e seu prazo .....                          | 861 |
| <i>Subseção II – Fase instrutória</i> .....                             | 862 |
| 227. Atitudes do exequente após o descumprimento .....                  | 862 |
| 227.1. Conversão do procedimento .....                                  | 862 |
| 227.2. Execução por terceiro .....                                      | 863 |
| 227.2.1. Definição da fungibilidade .....                               | 864 |
| 227.2.2. Efetivação extrajudicial .....                                 | 864 |
| 227.2.3. Escolha do terceiro .....                                      | 865 |
| 227.2.4. Apresentação da proposta e manifestação das partes ...         | 866 |
| 227.2.5. Preferência do exequente e formalização do negócio ...         | 866 |
| 227.2.6. Adjuntamento do preço .....                                    | 866 |
| <i>Subseção III – Incidentes da transformação</i> .....                 | 867 |
| 228. Retratação da execução específica .....                            | 867 |
| 229. Insucesso na escolha do terceiro .....                             | 867 |
| 230. Execução de custeamento .....                                      | 868 |
| 231. Execução pelo exequente .....                                      | 869 |

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 231.1. | Prazo para exercer o direito de preferência .....                    | 869 |
| 231.2. | Despesas da execução .....   | 869 |
| 231.3. | Prazo de execução .....  | 869 |
| 231.4. | Custeamento da execução .....  | 870 |
| 231.5. | Verificação do cumprimento .....                                     | 870 |
| 232.   | Descumprimento do terceiro contratado .....                          | 870 |
| 232.1. | Prazo de reclamação .....  | 870 |
| 232.2. | Contraditório no incidente .....                                     | 871 |
| 232.3. | Nova execução de custeamento .....                                   | 871 |
| 232.4. | Responsabilidade subsidiária do executado .....                      | 872 |
| 232.5. | Extinção imprópria da execução .....                                 | 872 |
|        | <i>Subseção IV – Fase final</i> .....                                | 872 |
| 233.   | Controle da prestação de fazer .....                                 | 872 |
| 233.1. | Casos de cabimento do controle .....                                 | 873 |
| 233.2. | Procedimento do controle .....                                       | 873 |
| 234.   | Extinção da execução da obrigação de fazer fungível .....            | 874 |
|        | <b>SEÇÃO II – OBRIGAÇÃO INFUNGÍVEL</b> .....                         | 874 |
|        | <b>§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível</b> ..... | 874 |
| 235.   | Infungibilidade da obrigação de fazer .....                          | 874 |
| 235.1. | Pessoalidade do fazer .....  | 875 |
| 235.2. | Licença administrativa .....   | 876 |
| 235.3. | Prazo de cumprimento .....   | 876 |
| 235.4. | Oposição do executado .....  | 876 |
| 236.   | Liquidação e execução das perdas e danos .....                       | 877 |
|        | <b>SEÇÃO III – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER</b> .....                      | 877 |
|        | <b>§ 60.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa</b> .....   | 877 |
|        | <i>Subseção I – Noções gerais</i> .....                              | 877 |
| 237.   | Execução específica das obrigações negativas .....                   | 877 |
| 237.1. | Título executivo da prestação negativa .....                         | 879 |
| 237.2. | Objeto da obrigação negativa .....                                   | 879 |
| 238.   | Comprovação do fato indébito .....                                   | 880 |

|  |     |
|--|-----|
| <i>Subseção II – Procedimento do desfazer</i> .....                                      | 880 |
| 239. Procedimento da execução para desfazer .....  | 880 |
| 239.1. Prazo de desfazimento .....   | 881 |
| 239.2. Caracterização e determinação do desfazer .....                                   | 881 |
| 239.3. Citação e atitudes do executado .....   | 881 |
| 239.4. Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa .....                      | 882 |
| 240. Conversão do procedimento executivo .....   | 882 |
| 241. Extinção da execução .....  | 882 |
| <b>SEÇÃO IV – OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A VONTADE</b> .....                                  | 883 |
| <b>§ 61.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade</b> .....          | 883 |
| <i>Subseção I – Noções gerais</i> .....  | 883 |
| 242. Fungibilidade da declaração de vontade .....  | 883 |
| 243. Natureza da ação nascente do contrato preliminar .....                              | 885 |
| 243.1. Título da substituição .....  | 885 |
| 243.2. Objeto da declaração de vontade .....   | 887 |
| 243.3. Formulação do pedido e sua correção .....   | 888 |
| 244. Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares .....            | 889 |
| 245. Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado .....                   | 892 |
| 245.1. Modalidade dos atos executivos .....  | 893 |
| 245.2. Possibilidade da execução da sentença substitutiva .....                          | 893 |
| 245.3. Desapossamento do vencido .....   | 894 |
| 245.4. Aplicação do meio executório da coação patrimonial .....                          | 895 |
| <i>Subseção II – Execução específica do compromisso</i> .....                            | 896 |
| 246. Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda .....    | 896 |
| 247. Forma do contrato preliminar de compra e venda .....                                | 896 |
| 248. Quitação do preço e sua oportunidade no contrato preliminar de compra e venda ..... | 897 |
| 249. Irretratabilidade e arrependimento no contrato preliminar de compra e venda .....   | 897 |
| 250. Registro do contrato preliminar de compra e venda .....                             | 898 |
| 251. Outorga uxória e eficácia condenatória .....  | 900 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....</b>      | <b>901</b> |
| <b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS .....</b>                                    | <b>903</b> |
| <b>§ 62.º Obrigação Pecuniária .....</b>                                | <b>903</b> |
| 252. Obrigação pecuniária e expropriação .....                          | 903        |
| 252.1. Atributos da obrigação pecuniária .....                          | 905        |
| 252.2. Espécies de prestações pecuniárias .....                         | 906        |
| 252.3. Reajuste das prestações pecuniárias .....                        | 907        |
| 253. Expropriação singular e coletiva .....                             | 908        |
| 254. Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento ..... | 909        |
| <b>SEÇÃO II – FASE INICIAL DA EXPROPRIAÇÃO.....</b>                     | <b>911</b> |
| <i>Subseção I – Execução de Título Judicial.....</i>                    | <i>911</i> |
| <b>§ 63.º Cumprimento da Sentença.....</b>                              | <b>911</b> |
| 255. Iniciativa da parte na execução de título judicial.....            | 911        |
| 256. Intimação do executado na execução de título judicial .....        | 913        |
| 256.1. Modos e destinatários da intimação.....                          | 913        |
| 256.2. Contagem do prazo e alternativas .....                           | 914        |
| 257. Atitudes do executado após a intimação.....                        | 915        |
| 258. Controle oficial do valor da dívida.....                           | 915        |
| <i>Subseção II – Execução de Título Extrajudicial .....</i>             | <i>917</i> |
| <b>§ 64.º Citação do Executado .....</b>                                | <b>917</b> |
| 259. Ajuizamento da demanda executória .....                            | 917        |
| 260. Citação do executado na expropriação .....                         | 918        |
| 260.1. Modos de citação .....   | 918        |
| 260.2. Contagem do prazo e alternativas .....                           | 919        |
| <b>§ 65.º Pagamento.....</b>  | <b>921</b> |
| 261. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado .....           | 921        |
| 262. Solução do incidente de cumprimento e recurso próprio .....        | 923        |
| <b>§ 66.º Pré-Penhora .....</b>   | <b>924</b> |
| 263. Natureza e finalidade da pré-penhora .....                         | 924        |

|               |   |            |
|---------------|---|------------|
| 264.          | Procedimento da pré-penhora .....                                   | 925        |
| 264.1.        | Pressupostos objetivos da pré-penhora .....                         | 926        |
| 264.2.        | Forma da pré-penhora .....  | 926        |
| 264.3.        | Citação do executado .....  | 926        |
| 264.4.        | Pagamento superveniente .....                                       | 927        |
| 264.5.        | Intimação da conversão em penhora .....                             | 928        |
| 264.6.        | Caducidade da pré-penhora .....                                     | 928        |
| <b>§ 67.º</b> | <b>Penhora e Depósito .....</b>                                     | <b>929</b> |
|               | <i>Subseção III – Penhora em Geral.....</i>                         | <i>929</i> |
| 265.          | Natureza jurídica da penhora .....                                  | 929        |
| 266.          | Conceito de penhora .....   | 932        |
| 267.          | Termo inicial e eficácia erga omnes da penhora.....                 | 933        |
| 268.          | Efeitos da penhora no plano material .....                          | 933        |
| 268.1.        | Ineficácia relativa dos atos de disposição.....                     | 934        |
| 268.2.        | Reorganização da posse .....  | 936        |
| 268.3.        | Perda do direito de fruição .....                                   | 937        |
| 269.          | Efeitos da penhora no plano processual .....                        | 938        |
| 269.1.        | Individualização de bens no patrimônio do executado .....           | 938        |
| 269.2.        | Conservação dos bens penhorados.....                                | 939        |
| 269.3.        | Direito de preferência.....   | 939        |
| 269.4.        | Desencadeamento das técnicas expropriatórias.....                   | 940        |
| 270.          | Extensão da penhora (frutos, acessões, pertencas e plantações)..... | 940        |
| 271.          | Formas de documentação da penhora .....                             | 941        |
|               | <i>Subseção IV – Procedimento da penhora .....</i>                  | <i>942</i> |
| 272.          | Penhora por oficial de justiça.....                                 | 942        |
| 272.1.        | Escolha do exequente e nomeação do executado .....                  | 943        |
| 272.2.        | Localização dos bens penhoráveis .....                              | 944        |
| 272.2.1.      | Localização de ativos financeiros .....                             | 945        |
| 272.2.2.      | Localização de outrós bens (requisição perante terceiros).....      | 946        |
| 272.3.        | Ordem preferencial da penhora .....                                 | 947        |

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 272.4. | Exibição dos títulos de domínio.....                 | 949 |
| 272.5. | Lugar da penhora.....                                | 950 |
| 272.6. | Tempo da penhora.....                                | 951 |
| 272.7. | Adequação da penhora.....                            | 952 |
| 272.8. | Penhora de bem indivisível.....                      | 953 |
| 272.9. | Avaliação do bem penhorado.....                      | 954 |
| 273.   | Resistência do executado.....                        | 954 |
| 273.1. | Presunção de resistência.....                        | 955 |
| 273.2. | Ordem de arrombamento.....                           | 956 |
| 273.3. | Busca dos bens penhoráveis.....                      | 956 |
| 273.4. | Auto de arrombamento.....                            | 957 |
| 273.5. | Emprego da força policial.....                       | 958 |
| 273.6. | Auto da ocorrência.....                              | 959 |
| 274.   | Elementos do auto ou termo de penhora.....           | 959 |
| 274.1. | Tempo e lugar da penhora.....                        | 959 |
| 274.2. | Pertinência subjetiva da penhora.....                | 960 |
| 274.3. | Descrição dos bens penhorados.....                   | 960 |
| 274.4. | Nomeação do depositário.....                         | 961 |
| 274.5. | Laudo de avaliação.....                              | 962 |
|        | <i>Subseção V - Depósito da coisa penhorada.....</i> | 962 |
| 275.   | Desapossamento da coisa penhorada.....               | 962 |
| 276.   | Natureza jurídica do depósito.....                   | 963 |
| 277.   | Objeto do depósito.....                              | 965 |
| 278.   | Efeitos do depósito no plano material.....           | 966 |
| 278.1. | Guarda e conservação da coisa.....                   | 966 |
| 278.2. | Administração da coisa.....                          | 967 |
| 278.3. | Posse do depositário.....                            | 967 |
| 278.4. | Restituição da coisa.....                            | 968 |
|        | 278.4.1. Cabimento da ação de depósito.....          | 968 |
|        | 278.4.2. Incidente na execução.....                  | 969 |
| 278.5. | Dever de prestar contas.....                         | 971 |
| 279.   | Efeitos do depósito no plano processual.....         | 971 |



|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 279.1. | Remuneração do depositário.....  | 972 |
| 279.2. | Responsabilidade do depositário .....  | 973 |
| 280.   | Nomeação do depositário.....   | 974 |
| 280.1. | Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos .....   | 976 |
| 280.2. | Depósito de móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos .....               | 976 |
| 280.3. | Depósito de imóveis rurais, direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, máquinas, utensílios e equipamentos ..... | 977 |
| 281.   | Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens .....  | 977 |
| 282.   | Remoção do depositário.....  | 979 |
| 283.   | Extinção do depósito.....  | 979 |
|        | <i>Subseção VI – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira ...</i>                              | 980 |
| 284.   | Iniciativa do exequente na indisponibilidade de ativos financeiros.....  | 980 |
| 285.   | Fundamento e natureza da indisponibilidade de ativos financeiros.....  | 981 |
| 286.   | Deferimento da indisponibilidade de ativos financeiros.....  | 982 |
| 287.   | Controle da legalidade da indisponibilidade de ativos financeiros .....  | 983 |
| 288.   | Cancelamento e conversão da indisponibilidade em penhora.....  | 984 |
|        | <i>Subseção VII – Penhora de créditos.....</i>   | 985 |
| 289.   | Introdução à penhora de créditos .....   | 985 |
| 290.   | Existência do crédito e sua penhora .....  | 988 |
| 291.   | Objeto da penhora de crédito .....   | 990 |
| 292.   | Penhora de mão própria .....   | 991 |
| 293.   | Procedimento da penhora de crédito.....  | 991 |
| 293.1. | Penhora através de oficial de justiça .....  | 991 |
| 293.2. | Individualização do crédito .....  | 992 |
| 293.3. | Pré-penhora do crédito .....   | 992 |
| 293.4. | Apreensão dos títulos e cópias .....   | 993 |
| 293.5. | Confissão do terceiro devedor .....  | 993 |
| 293.6. | Conteúdo da confissão do terceiro.....   | 994 |
| 293.7. | Negativa do terceiro devedor .....   | 995 |
| 293.8. | Incidente de declaração da existência do crédito.....  | 995 |
| 293.9. | Extinção do crédito e reflexos na penhora.....   | 996 |

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 294.   | Técnicas de conversão do crédito penhorado .....  | 996  |
| 294.1. | Sub-rogação do crédito penhorado .....  | 997  |
| 294.2. | Alienação do crédito penhorado .....  | 998  |
| 295.   | Penhora no rosto dos autos .....  | 999  |
| 295.1. | Conceito de direito litigioso .....   | 1000 |
| 295.2. | Forma da penhora no rosto dos autos .....   | 1000 |
| 295.3. | Penhora por dívida do autor da herança .....  | 1001 |
| 295.4. | Início da eficácia da penhora no rosto dos autos .....  | 1001 |
| 295.5. | Sub-rogação do direito litigioso .....  | 1002 |
| 296.   | Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas .....                                       | 1002 |
| 297.   | Penhora de direito a coisa determinada .....  | 1003 |
| 297.1. | Natureza da penhora .....   | 1003 |
| 297.2. | Objeto da penhora .....   | 1004 |
| 297.3. | Depósito da coisa .....   | 1004 |
| 297.4. | Sub-rogação do objeto da penhora .....  | 1004 |
| 297.5. | Técnicas de conversão do objeto da penhora .....  | 1004 |
| 297.6. | Direito sujeito a condição .....  | 1004 |
| 297.7. | Preferência na penhora de direito a coisa determinada .....                                     | 1005 |
|        | <i>Subseção VIII - Penhora de quotas e de ações de sociedades personificadas ...</i>            | 1005 |
| 298.   | Penhora de quotas e de ações .....  | 1005 |
| 299.   | Procedimento da liquidação do valor das quotas e das ações .....                                | 1005 |
|        | <i>Subseção IX- Penhora de empresas, estabelecimentos, semoventes, navios e aeronaves .....</i> | 1007 |
| 300.   | Penhora de empresas e estabelecimentos .....  | 1007 |
| 301.   | Administração da universalidade penhorada .....   | 1008 |
| 302.   | Procedimento da penhora de universalidades .....  | 1009 |
| 302.1. | Escolha do administrador .....  | 1010 |
| 302.2. | Plano de administração .....  | 1010 |
| 302.3. | Plano de administração consensual .....   | 1011 |
| 302.4. | Controle do plano de administração .....  | 1011 |
| 302.5. | Destituição do administrador .....  | 1012 |
| 302.6. | Penhora dos edifícios em construção .....   | 1012 |
| 302.7. | Administração dos edifícios em construção .....   | 1012 |

|  |             |
|--|-------------|
| 303. Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autoriza da .....   | 1013        |
| 304. Penhora de navio e de aeronave .....  | 1014        |
| 304.1. Conceito de navio e de aeronave.....  | 1014        |
| 304.2. Natureza da penhora .....   | 1014        |
| 304.3. Seguro contra riscos .....  | 1015        |
| <i>Subseção X – Penhora de percentual de faturamento de empresas.....</i>              | <i>1016</i> |
| 305. Penhora de percentual de faturamento de empresa .....                             | 1016        |
| 306. Procedimento da penhora de percentual de faturamento de empresa ....              | 1016        |
| <i>Subseção XI – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....</i>    | <i>1017</i> |
| 307. Origem e natureza da penhora de frutos e de rendimentos.....                      | 1017        |
| 308. Deferimento da penhora de frutos e de rendimentos .....                           | 1018        |
| 309. Objeto da penhora de frutos e de rendimentos .....                                | 1019        |
| 310. Pressupostos da penhora de frutos e de rendimentos.....                           | 1020        |
| 310.1. Eficiência da penhora .....   | 1020        |
| 310.2. Menor gravame da penhora.....   | 1021        |
| 311. Efeitos da penhora de frutos e de rendimentos .....                               | 1021        |
| 311.1. Momento do início da eficácia da penhora de frutos e de rendimentos.....        | 1021        |
| 311.2. Perda do poder de fruição do bem.....   | 1022        |
| 311.3. Temporariedade e natureza pro solvendo da apropriação .....                     | 1023        |
| 311.4. Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio .....                 | 1024        |
| 311.5. Nomeação de administrador .....   | 1024        |
| 311.6. Extensão dos poderes do administrador.....                                      | 1025        |
| 311.7. Pronunciamento judicial e recurso cabível .....                                 | 1025        |
| 312. Espécies de apropriação de frutos e de rendimentos.....                           | 1026        |
| 313. Administração de frutos e de rendimentos.....                                     | 1026        |
| 313.1. Aprovação da forma de administração.....  | 1026        |
| 313.2. Administrador do imóvel arrendado.....  | 1026        |
| 313.3. Locação do móvel ou de imóvel .....   | 1027        |
| 314. Alienação forçada do bem na pendência da penhora de frutos e de rendimentos ..... | 1027        |
| 315. Recebimento das quantias e imputação em pagamento .....                           | 1027        |

|   |      |
|---|------|
| <i>Subseção XII – Incidentes da penhora</i> .....                       | 1028 |
| 316. Substituição da penhora .....                                      | 1028 |
| 316.1. Legitimidade para requerer a substituição .....                  | 1029 |
| 316.2. Fundamentos da substituição .....                                | 1029 |
| 316.3. Momento da substituição .....                                    | 1032 |
| 316.4. Pressupostos da substituição requerida pelo executado .....      | 1033 |
| 316.5. Objeto da substituição.....                                      | 1035 |
| 316.5.1. Fiança bancária.....   | 1036 |
| 316.5.2. Seguro.....  | 1037 |
| 316.6. Contraditório na substituição.....                               | 1037 |
| 316.7. Decisão do incidente de substituição.....                        | 1038 |
| 316.8. Efeitos da substituição.....                                     | 1038 |
| 317. Ilegalidade da penhora .....                                       | 1039 |
| 317.1. Ilegalidade objetiva da penhora .....                            | 1039 |
| 317.2. Ilegalidade subjetiva da penhora.....                            | 1040 |
| 318. Renovação da penhora.....  | 1040 |
| 318.1. Casos de renovação da penhora .....                              | 1041 |
| 318.1.1. Nulidade da penhora .....                                      | 1041 |
| 318.1.2. Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida ..... | 1041 |
| 318.1.3. Desistência da penhora .....                                   | 1042 |
| 318.2. Intimação do executado e embargos.....                           | 1043 |
| 318.3. Despesas da renovação da penhora .....                           | 1044 |
| 318.4. Responsabilidade do credor na renovação da penhora .....         | 1044 |
| 319. Alienação antecipada do bem penhorado.....                         | 1044 |
| 319.1. Natureza da alienação antecipada.....                            | 1044 |
| 319.2. Procedimento da alienação antecipada.....                        | 1045 |
| 319.2.1. Requisitos da alienação antecipada .....                       | 1045 |
| 319.2.2. Legitimidade para requerer a alienação antecipada... ..        | 1046 |
| 319.2.3. Modalidades de alienação antecipada.....                       | 1046 |
| 319.2.4. Alienação antecipada no cumprimento provisório.....            | 1046 |
| 319.2.5. Contraditório e concordância do executado.....                 | 1047 |
| 319.2.6. Efeitos da alienação antecipada.....                           | 1047 |
| 319.2.7. Decisão do incidente e recurso .....                           | 1048 |

|  |      |
|--|------|
| 320. Adequação da penhora .....  | 1048 |
| 321. Excesso de penhora e excesso de execução .....  | 1050 |
| <i>Subseção XIII – Concurso especial de credores</i> .....                                     | 1051 |
| 322. Preferência emanada da penhora .....  | 1051 |
| 323. Pressupostos da preferência do credor penhorante.....                                     | 1053 |
| 323.1. Solvência do executado .....  | 1054 |
| 323.2. Inexistência de prelação.....   | 1055 |
| 324. Efeitos do concurso especial.....   | 1056 |
| 325. Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada ..... | 1057 |
| 326. Preferência em razão da averbação da penhora.....   | 1058 |
| 327. Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções .....                                  | 1060 |
| 328. Procedimento do concurso especial na fase inicial.....                                    | 1062 |
| 328.1. Pressupostos da reunião das execuções.....  | 1062 |
| 328.2. Obrigatoriedade da reunião das execuções.....   | 1063 |
| 328.3. Ciência da multiplicidade de penhoras .....   | 1064 |
| 328.4. Juízo competente para a reunião das execuções .....                                     | 1065 |
| 328.5. Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial .....                 | 1068 |
| 328.6. Impulso processual da expropriação nas execuções singulares....                         | 1068 |
| 328.7. Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum .....                    | 1069 |
| 328.8. Destino autônomo das execuções no concurso especial .....                               | 1070 |
| <i>Subseção XIV – Intimação da penhora</i> .....   | 1070 |
| 329. Intimação do executado da penhora.....  | 1070 |
| 329.1. Dispensa da intimação do executado.....   | 1071 |
| 329.2. Modos de intimação do executado.....  | 1071 |
| 329.3. Destinatários da intimação .....  | 1072 |
| 330. Intimação da penhora de terceiros.....  | 1072 |
| 331. Intimação da penhora do cônjuge ou companheiro do executado.....                          | 1073 |
| 331.1. Posição processual do cônjuge .....   | 1074 |
| 331.2. Embargos de terceiro do cônjuge .....   | 1075 |

|   |  |             |
|---|--|-------------|
| 331.3.  | Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente ..... | 1075        |
| 331.4.  | Preservação da meação individualmente sobre cada bem .....                                   | 1076        |
| 331.5.  | Nulidade da execução pela falta de intimação do cônjuge .....                                | 1077        |
| <b>SEÇÃO III – FASE INSTRUTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO .....</b> |  | <b>1078</b> |
| <b>§ 68.º Avaliação .....</b>                             |  | <b>1078</b> |
| 332.  | Importância e natureza da avaliação .....  | 1078        |
| 333.  | Momento e lugar da avaliação .....   | 1079        |
| 334.  | Avaliador judicial e avaliador perito .....  | 1080        |
| 335.  | Casos de dispensa da avaliação .....   | 1083        |
| 335.1.  | Concordância das partes .....  | 1084        |
| 335.2.  | Títulos, mercadorias e ações cotados em bolsa .....  | 1084        |
| 335.3.  | Bens de cotação usual no mercado .....   | 1085        |
| 336.  | Procedimento da avaliação por avaliador .....  | 1085        |
| 336.1.  | Laudo de avaliação .....   | 1086        |
| 336.2.  | Conteúdo do laudo e critérios de avaliação .....   | 1086        |
| 336.2.1.  | Valor segundo o custo .....  | 1087        |
| 336.2.2.  | Valor segundo a renda .....  | 1087        |
| 336.2.3.  | Valor segundo o mercado .....  | 1088        |
| 336.3.  | Divisão cômoda de imóvel .....   | 1088        |
| 336.4.  | Audiência das partes e decisão .....   | 1089        |
| 337.  | Repetição da avaliação .....   | 1089        |
| 338.  | Adequação da penhora .....   | 1091        |
| <b>§ 69.º Alienação Forçada .....</b>                     |  | <b>1092</b> |
| 339.  | Natureza jurídica da alienação forçada .....   | 1092        |
| 340.  | Efeitos da alienação forçada no plano material .....   | 1097        |
| 340.1.  | Título da aquisição .....  | 1097        |
| 340.2.  | Modo de aquisição .....  | 1099        |
| 340.3.  | Responsabilidade tributária do adquirente .....  | 1099        |
| 340.4.  | Vícios ocultos e aparentes da coisa .....  | 1101        |
| 340.5.  | Evicção na alienação coativa .....   | 1101        |

|         |  |             |
|---------|--|-------------|
| 340.6.  | Alienação coativa de coisa locada.....                               | 1104        |
| 340.7.  | Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais..... | 1106        |
| 340.8.  | Alienação coativa de coisa comodada.....                             | 1106        |
| 340.9.  | Alienação forçada e frutos do bem.....                               | 1107        |
| 340.10. | Posse da coisa adquirida.....  | 1108        |
| 340.11. | Purgação dos direitos reais de garantia.....                         | 1109        |
| 340.12. | Traspasso dos direitos reais de gozo.....                            | 1111        |
| 341.    | Efeitos da alienação forçada no plano processual.....                | 1112        |
| 341.1.  | Conversão coativa da penhora.....                                    | 1112        |
| 341.2.  | Realização do preço.....   | 1112        |
| 342.    | Legitimidade para arrematar.....                                     | 1113        |
| 342.1.  | Legitimidade geral.....  | 1114        |
| 342.2.  | Restrições à legitimidade.....                                       | 1115        |
|         | <b>§ 70.º Adjudicação.....</b>                                       | <b>1117</b> |
| 343.    | Natureza jurídica da adjudicação.....                                | 1117        |
| 344.    | Objeto da adjudicação.....   | 1118        |
| 345.    | Pressupostos da adjudicação.....                                     | 1119        |
| 345.1.  | Preço não inferior ao da avaliação.....                              | 1119        |
| 345.2.  | Legitimidade para adjudicar.....                                     | 1121        |
| 346.    | Procedimento da adjudicação.....                                     | 1124        |
| 346.1.  | Oportunidade da adjudicação.....                                     | 1124        |
| 346.2.  | Intimações prévias à adjudicação.....                                | 1124        |
| 346.3.  | Forma do requerimento de adjudicação.....                            | 1125        |
| 346.4.  | Intimação do executado.....  | 1126        |
| 346.5.  | Multiplicidade de pretendentes.....                                  | 1126        |
| 346.6.  | Auto de adjudicação.....   | 1128        |
| 346.7.  | Recurso contra a decisão na adjudicação.....                         | 1128        |
| 346.8.  | Carta de adjudicação.....  | 1129        |
| 347.    | Resgate do bem hipotecado adjudicado.....                            | 1130        |
| 348.    | Efeitos da adjudicação.....  | 1130        |
| 348.1.  | Efeitos gerais da adjudicação.....                                   | 1131        |
| 348.2.  | Efeitos particulares da remição.....                                 | 1131        |

|  |      |
|--|------|
| <b>§ 71.º Alienação</b> .....                                      | 1132 |
| 349. Modalidades da alienação do bem penhorado .....               | 1132 |
| <i>Subseção I – Alienação por iniciativa particular</i> .....      | 1133 |
| 350. Natureza da alienação por iniciativa particular.....          | 1133 |
| 351. Objeto e momento da alienação por iniciativa particular ..... | 1135 |
| 352. Procedimento da alienação por iniciativa particular .....     | 1135 |
| 352.1. Iniciativa do exequente .....                               | 1136 |
| 352.2. Mediação facultativa de corretor ou de leiloeiro .....      | 1136 |
| 352.3. Condições do negócio.....                                   | 1138 |
| 352.4. Apresentação da proposta e contraditório.....               | 1140 |
| 352.5. Termo de alienação .....                                    | 1140 |
| 353. Incidentes da alienação por iniciativa particular .....       | 1140 |
| 354. Efeitos da alienação por iniciativa particular.....           | 1141 |
| <i>Subseção II – Leilão Judicial</i> .....                         | 1141 |
| 355. Oportunidade do leilão.....                                   | 1141 |
| 356. Modalidades de leilão .....                                   | 1142 |
| 357. Objeto e lugar do leilão.....                                 | 1143 |
| 358. Designação do leiloeiro.....                                  | 1144 |
| 359. Direitos e deveres do leiloeiro.....                          | 1145 |
| 359.1. Publicação do edital .....                                  | 1145 |
| 359.2. Realização do leilão .....                                  | 1146 |
| 359.3. Exposição dos bens.....                                     | 1146 |
| 359.4. Remuneração do leiloeiro .....                              | 1146 |
| 359.5. Depósito do preço.....                                      | 1148 |
| 359.6. Prestação de contas .....                                   | 1148 |
| 360. Condições do leilão .....                                     | 1149 |
| 361. Natureza e função do edital de arrematação .....              | 1149 |
| 362. Requisitos do edital .....                                    | 1150 |
| 362.1. Descrição do bem penhorado.....                             | 1151 |
| 362.2. Valor do bem .....  | 1151 |
| 362.3. Lugar do bem penhorado.....                                 | 1152 |
| 362.4. Lugar, período ou data do leilão.....                       | 1152 |



|          |   |      |
|----------|---|------|
| 362.5.   | Dia e hora da segunda licitação .....                               | 1153 |
| 362.6.   | Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente ..... | 1154 |
| 363.     | Obrigatoriedade e expedição do edital .....                         | 1155 |
| 364.     | Publicidade ordinária do edital .....                               | 1156 |
| 365.     | Publicidade extraordinária do edital.....                           | 1158 |
| 366.     | Leilão conjunto.....  | 1159 |
| 367.     | Transferência do leilão.....  | 1160 |
| 368.     | Intimações prévias ao leilão.....                                   | 1162 |
| 368.1.   | Intimação do executado.....   | 1162 |
| 368.1.1. | Destinatários da intimação .....                                    | 1163 |
| 368.1.2. | Forma da intimação.....   | 1164 |
| 368.2.   | Intimação de terceiros .....  | 1165 |
| 369.     | Forma do leilão .....   | 1166 |
| 370.     | Direção do leilão.....  | 1168 |
| 371.     | Ordem da arrematação .....  | 1168 |
| 372.     | Preferência da arrematação em globo .....                           | 1169 |
| 373.     | Alienação de imóvel divisível.....                                  | 1170 |
| 373.1.   | Comodidade da divisão.....  | 1170 |
| 373.2.   | Requerimento do executado.....                                      | 1171 |
| 373.3.   | Procedimento do leilão .....  | 1171 |
| 374.     | Forma do remate .....   | 1172 |
| 374.1.   | Licitação entre os pretendentes.....                                | 1173 |
| 374.2.   | Preferência na aquisição do bem tombado.....                        | 1174 |
| 375.     | Alienação por proposta escrita .....                                | 1174 |
| 375.1.   | Objeto da proposta escrita .....                                    | 1174 |
| 375.2.   | Valor da proposta escrita .....                                     | 1175 |
| 375.3.   | Condições da proposta escrita.....                                  | 1175 |
| 375.4.   | Decisão acerca da proposta escrita e recurso .....                  | 1175 |
| 375.5.   | Efeitos da aceitação da proposta escrita.....                       | 1176 |
| 376.     | Arrematação pelo exequente.....                                     | 1176 |
| 376.1.   | Limite mínimo do lance do credor .....                              | 1177 |
| 376.2.   | Exibição do preço pelo credor.....                                  | 1177 |

|          |  |      |
|----------|--|------|
| 377.     | Proibição da arrematação por preço vil .....                   | 1178 |
| 377.1.   | Definição de preço vil .....                                   | 1179 |
| 377.2.   | Alegação do preço vil .....                                    | 1180 |
| 378.     | Alienação de imóvel de incapaz .....                           | 1181 |
| 378.1.   | Prazo do adiamento .....                                       | 1181 |
| 378.2.   | Administração do imóvel durante o adiamento .....              | 1181 |
| 378.3.   | Alienação antes do término do adiamento .....                  | 1182 |
| 378.4.   | Alienação depois do encerramento do adiamento .....            | 1183 |
| 379.     | Suspensão da arrematação .....                                 | 1183 |
| 380.     | Encerramento da arrematação .....                              | 1183 |
| 381.     | Resgate do bem hipotecado arrematado .....                     | 1184 |
| 382.     | Auto de arrematação .....                                      | 1185 |
| 383.     | Carta de arrematação .....                                     | 1186 |
| 383.1.   | Oportunidade da expedição da carta de arrematação .....        | 1188 |
| 383.2.   | Elementos da carta de arrematação .....                        | 1188 |
| 383.2.1. | Descrição do imóvel .....                                      | 1188 |
| 383.2.2. | Prova da quitação dos impostos .....                           | 1189 |
| 383.2.3. | Auto de arrematação .....                                      | 1189 |
| 383.2.4. | Identificação do arrematante .....                             | 1190 |
| 383.2.5. | Assinatura da carta .....                                      | 1190 |
| 383.3.   | Registro da carta de arrematação .....                         | 1190 |
| 384.     | Carta de arrematação de bens móveis .....                      | 1191 |
| 385.     | Desfazimento da arrematação .....                              | 1191 |
| 385.1.   | Causas de desfazimento da arrematação .....                    | 1193 |
| 385.1.1. | Nulidade dos atos executórios .....                            | 1194 |
| 385.1.2. | Falta de pagamento do preço ou de prestação da<br>caução ..... | 1195 |
| 385.1.3. | Existência de ônus real omitido no edital .....                | 1195 |
| 385.1.4. | Casos previstos explicitamente no Código .....                 | 1195 |
| 385.1.5. | Casos previstos implicitamente no Código .....                 | 1196 |
| 385.2.   | Meios e momento do desfazimento .....                          | 1196 |
| 385.3.   | Efeitos do desfazimento .....                                  | 1197 |
| 385.3.1. | Efeitos perante o arrematante .....                            | 1197 |

|   |             |
|---|-------------|
| 385.3.2. Efeitos perante o credor.....  | 1198        |
| 385.3.3. Efeitos perante os auxiliares do juízo.....                              | 1198        |
| 385.4. Decisão do incidente e recurso.....  | 1198        |
| 386. Resolução da arrematação por inadimplemento.....                             | 1199        |
| <b>SEÇÃO IV – FASE FINAL DA EXPROPRIAÇÃO.....</b>                                 | <b>1200</b> |
| <b>§ 72.º Satisfação do Crédito.....</b>  | <b>1200</b> |
| 387. Satisfação do exequente através da adjudicação.....                          | 1200        |
| 388. Satisfação do exequente através da entrega do dinheiro ao credor.....        | 1201        |
| 389. Atribuição e distribuição do dinheiro.....                                   | 1202        |
| 390. Pressupostos da entrega do dinheiro.....                                     | 1203        |
| 391. Forma da entrega do dinheiro e quitação ao executado.....                    | 1203        |
| 392. Custódia do dinheiro.....  | 1204        |
| 393. Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....                     | 1205        |
| 393.1. Credores participantes do concurso especial.....                           | 1206        |
| 393.2. Ordem dos credores no concurso especial.....                               | 1208        |
| 393.2.1. Preferência material.....  | 1208        |
| 393.2.2. Preferência processual.....  | 1213        |
| 393.3. Natureza do concurso especial.....   | 1215        |
| 393.4. Limites à cognição no concurso especial.....                               | 1216        |
| 394. Procedimento da fase final do concurso especial.....                         | 1216        |
| 394.1. Competência no concurso especial.....                                      | 1217        |
| 394.2. Formulação das pretenções, produção de provas e julgamento....             | 1218        |
| 394.3. Distribuição parcial.....  | 1219        |
| 394.4. Distribuição amigável.....   | 1219        |
| 394.5. Natureza do ato que resolve o concurso.....                                | 1219        |
| 394.6. Quitação ao executado e extinção do processo.....                          | 1220        |
| <b>12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PEÇUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR<br/>INSOLVENTE.....</b> | <b>1223</b> |
| <b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS.....</b>   | <b>1224</b> |
| <b>§ 73.º Lineamentos da Insolvência Civil.....</b>                               | <b>1224</b> |
| 395. Conceito e natureza da insolvência civil.....                                | 1224        |
| 396. Caráter principal da insolvência civil.....                                  | 1228        |

|  |      |
|--|------|
| <b>§ 74.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva</b> .....                 | 1229 |
| 397. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva.....                | 1229 |
| 398. Insolvência real.....   | 1231 |
| 399. Insolvência presumida.....  | 1232 |
| <b>§ 75.º Particularidades da Insolvência Civil</b> .....                  | 1234 |
| 400. Conflito entre falência e insolvência civil.....                      | 1234 |
| 401. Aplicação da lei de falências ao concurso civil.....                  | 1235 |
| 402. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva... | 1236 |
| 403. Fases da insolvência civil.....                                       | 1237 |
| <b>SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO COLETIVA</b> .....      | 1238 |
| <b>§ 76.º Título Executivo e Inadimplemento</b> .....                      | 1238 |
| 404. Título e inadimplemento na execução coletiva.....                     | 1238 |
| 404.1. Título executivo.....   | 1239 |
| 404.2. Inadimplemento.....   | 1239 |
| <b>§ 77.º Capacidade Postulatória</b> .....                                | 1240 |
| 405. Participação do advogado na insolvência civil.....                    | 1240 |
| <b>§ 78.º Competência na Insolvência Civil</b> .....                       | 1241 |
| 406. Problema de competência na insolvência civil.....                     | 1241 |
| 406.1. Competência na insolvência voluntária.....                          | 1241 |
| 406.2. Competência na insolvência necessária.....                          | 1242 |
| 406.3. Espécie de competência na insolvência.....                          | 1242 |
| 407. Universalidade do juízo da insolvência.....                           | 1243 |
| <b>§ 79.º Legitimidade na Insolvência Civil</b> .....                      | 1245 |
| 408. Legitimidade ativa na insolvência civil.....                          | 1245 |
| 408.1. Legitimidade ativa do credor quirografário.....                     | 1246 |
| 408.2. Legitimidade ativa do devedor.....                                  | 1248 |
| 408.3. Legitimidade ativa do espólio do devedor.....                       | 1248 |
| 409. Legitimidade passiva na insolvência civil.....                        | 1249 |
| 409.1. Legitimidade passiva do devedor civil.....                          | 1249 |
| 409.2. Legitimidade passiva do espólio do devedor.....                     | 1251 |

|   |             |
|---|-------------|
| 410. Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil .....        | 1251        |
| 411. Ministério Público na insolvência civil .....                    | 1253        |
| <b>SEÇÃO III – FASE INICIAL DA INSOLVÊNCIA</b> .....                  | <b>1254</b> |
| <b>§ 80.º Insolvência Necessária</b> .....                            | <b>1254</b> |
| <i>Subseção I – Formação do processo executivo</i> .....              | <i>1254</i> |
| 412. Requisitos da petição inicial .....                              | 1254        |
| 412.1. Endereçamento da inicial .....                                 | 1254        |
| 412.2. Identificação das partes .....                                 | 1254        |
| 412.3. Causa de pedir na insolvência .....                            | 1255        |
| 412.4. Pedido na insolvência civil .....                              | 1257        |
| 412.5. Proposição de provas na insolvência civil .....                | 1257        |
| 412.6. Explicitação do valor da causa .....                           | 1257        |
| 412.7. Requerimento e modos de citação do executado .....             | 1257        |
| 413. Efeitos da propositura da insolvência necessária .....           | 1257        |
| <i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....                | <i>1258</i> |
| 414. Emendas da petição inicial .....                                 | 1258        |
| 415. Indeferimento da petição inicial .....                           | 1258        |
| 416. Deferimento da petição inicial .....                             | 1259        |
| <i>Subseção III – Instrução da fase inicial</i> .....                 | <i>1259</i> |
| 417. Pagamento do executado .....                                     | 1259        |
| 418. Revelia do executado .....                                       | 1259        |
| 419. Reconhecimento do pedido .....                                   | 1260        |
| 420. Elisão do pedido através de depósito .....                       | 1261        |
| 421. Embargos do executado na insolvência .....                       | 1262        |
| <i>Subseção IV – Julgamento da fase final</i> .....                   | <i>1263</i> |
| 422. Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva ..... | 1263        |
| <b>§ 81.º Insolvência Voluntária</b> .....                            | <b>1264</b> |
| <i>Subseção I – Formação do processo executivo</i> .....              | <i>1264</i> |
| 423. Requisitos da petição inicial .....                              | 1264        |
| 423.1. Endereçamento da inicial .....                                 | 1266        |

|          |  |      |
|----------|--|------|
| 423.2.   | Identificação das partes.....  | 1266 |
| 423.3.   | Causa de pedir na insolvência voluntária .....   | 1266 |
| 423.4.   | Pedido na insolvência voluntária .....   | 1268 |
| 423.5.   | Produção de provas .....   | 1268 |
| 423.6.   | Explicitação do valor da causa .....   | 1269 |
| 423.7.   | Citação dos credores.....  | 1269 |
| 424.     | Efeitos da propositura da insolvência voluntária .....                                 | 1269 |
|          | <i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....                                 | 1269 |
| 425.     | Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....                              | 1269 |
| 426.     | Indeferimento da inicial .....   | 1270 |
| 427.     | Deferimento da inicial .....   | 1270 |
|          | <i>Subseção III – Julgamento da fase inicial</i> .....                                 | 1270 |
| 428.     | Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência....                 | 1270 |
| 429.     | Extinção do processo sem julgamento do mérito e o problema da desistência da ação..... | 1270 |
|          | <b>§ 82.º Efeitos da Declaração de Insolvência</b> .....                               | 1271 |
| 430.     | Classificação dos efeitos da insolvência.....  | 1271 |
| 431.     | Termo inicial dos efeitos .....  | 1273 |
| 432.     | Efeitos processuais da declaração de insolvência.....                                  | 1274 |
| 432.1.   | Instalação da execução coletiva.....   | 1274 |
| 432.2.   | Procedimento edital na insolvência.....  | 1275 |
| 432.3.   | Arrecadação dos bens do devedor .....  | 1276 |
| 432.4.   | Perda da preferência.....  | 1278 |
| 432.5.   | Perda da capacidade processual.....  | 1278 |
| 432.6.   | Atração das execuções singulares .....   | 1279 |
| 432.7.   | Escolha do administrador da massa.....   | 1281 |
| 432.8.   | Interrupção da prescrição.....   | 1281 |
| 433.     | Efeitos materiais da declaração de insolvência .....                                   | 1283 |
| 433.1.   | Vencimento antecipado das dívidas.....   | 1283 |
| 433.1.1. | Deságio das obrigações vincendas .....   | 1283 |
| 433.1.2. | Suspensão da fluência dos juros .....  | 1284 |
| 433.1.3. | Estabilização do valor das dívidas em moeda estrangeira .....                          | 1284 |

|          |  |      |
|----------|--|------|
| 433.1.4. | Suspensão da fluência da comissão de permanência....                 | 1285 |
| 433.1.5. | Compensação das dívidas do insolvente .....                          | 1286 |
| 433.1.6. | Correção monetária dos créditos.....                                 | 1286 |
| 433.2.   | Perda da disponibilidade patrimonial .....                           | 1286 |
| 433.2.1. | Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência ..... | 1287 |
| 433.2.2. | Disciplina dos negócios bilaterais .....                             | 1288 |
| 433.2.3. | Disciplina dos negócios unilaterais .....                            | 1290 |
| 433.2.4. | Extinção das obrigações.....   | 1291 |

## **SEÇÃO IV – FASE INSTRUTÓRIA DA INSOLVÊNCIA .....** 1291

### **§ 83.º Administração do Ativo.....** 1291

|        |  |      |
|--------|--|------|
| 434.   | Formação do ativo e nomeação do administrador da massa ..... | 1291 |
| 434.1. | Natureza das funções do administrador .....                  | 1291 |
| 434.2. | Escolha do administrador .....                               | 1292 |
| 434.3. | Investidura do administrador.....                            | 1293 |
| 434.4. | Substituição e destituição do administrador .....            | 1294 |
| 434.5. | Representação do administrador no processo .....             | 1294 |
| 435.1. | Custódia da massa ativa .....                                | 1295 |
| 435.2. | Arrecadação da massa ativa .....                             | 1295 |
| 435.3. | Despesas da massa e prepostos do administrador .....         | 1296 |
| 435.4. | Representação judicial da massa.....                         | 1297 |
| 435.5. | Alienação coativa dos bens da massa .....                    | 1298 |
| 435.6. | Remuneração do administrador .....                           | 1298 |
| 435.7. | Responsabilidade civil do administrador .....                | 1299 |
| 435.8. | Efeitos materiais da administração .....                     | 1299 |

### **§ 84.º Organização do Passivo .....** 1300

|        |  |      |
|--------|--|------|
| 436.   | Procedimento da habilitação de crédito ..... | 1300 |
| 436.1. | Legitimidade ativa.....                      | 1300 |
| 436.2. | Natureza da habilitação.....                 | 1301 |
| 436.3. | Forma da habilitação.....                    | 1302 |
| 436.4. | Cumulação de execuções na habilitação .....  | 1302 |

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 436.5. | Controle da habilitação .....   | 1303 |
| 436.6. | Ordenação das habilitações e intimações das partes .....              | 1303 |
| 437.   | Impugnação ao crédito habilitado .....                                | 1304 |
| 437.1. | Natureza da impugnação .....  | 1304 |
| 437.2. | Prazo da impugnação .....   | 1305 |
| 437.3. | Legitimidade ativa na impugnação .....                                | 1305 |
| 437.4. | Legitimidade passiva na impugnação .....                              | 1306 |
| 437.5. | Causa de pedir e pedido na impugnação .....                           | 1306 |
| 437.6. | Procedimento da ação de impugnação .....                              | 1307 |
| 437.7. | Destino dos embargos atraídos ao juízo universal .....                | 1308 |
| 437.8. | Efeito da impugnação na execução coletiva .....                       | 1309 |
| 438.   | Elaboração do quadro geral de credores .....                          | 1309 |
| 439.   | Classificação dos créditos no concurso .....                          | 1310 |
| 440.   | Ação direta do credor retardatário .....                              | 1312 |
| 440.1. | Natureza da ação direta .....   | 1312 |
| 440.2. | Competência na ação direta .....                                      | 1313 |
| 440.3. | Legitimidade ativa e passiva na ação direta .....                     | 1313 |
| 440.4. | Prazo, efeitos da propositura e reserva do dividendo .....            | 1314 |
| 440.5. | Rito da ação direta .....   | 1314 |
| 440.6. | Limites da cognição na ação direta .....                              | 1314 |
| 440.7. | Posição do retardatário no concurso e participação no rateio ....     | 1315 |
| 441.   | Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva ..... | 1315 |
| 441.1. | Requisitos para concessão dos alimentos .....                         | 1316 |
| 441.2. | Incidente sobre a pensão .....  | 1316 |
| 441.3. | Execução da decisão e extinção da verba alimentar .....               | 1317 |
| § 85.º | Recuperação Amigável .....  | 1317 |
| 442.   | Natureza da recuperação do devedor civil .....                        | 1317 |
| 443.   | Procedimento da recuperação civil .....                               | 1319 |
| 443.1. | Forma da proposta do executado .....                                  | 1319 |
| 443.2. | Momento hábil à proposta de recuperação .....                         | 1320 |
| 443.3. | Contraditório na recuperação .....                                    | 1320 |
| 443.4. | Efeitos do julgamento da recuperação .....                            | 1321 |
| 443.5. | Natureza do pronunciamento na recuperação .....                       | 1321 |
| 443.6. | Efeitos do descumprimento da recuperação .....                        | 1321 |



|   |      |
|---|------|
| <b>§ 86.º Realização do Ativo</b> .....                               | 1321 |
| 444. Avaliação na execução coletiva.....                              | 1321 |
| 445. Meios expropriatórios da execução coletiva.....                  | 1322 |
| 446. Momento da realização do ativo.....                              | 1323 |
| <b>SEÇÃO V – FASE FINAL DA INSOLVÊNCIA</b> .....                      | 1324 |
| <b>§ 87.º Pagamento aos Credores</b> .....                            | 1324 |
| 447. Momento do pagamento aos credores.....                           | 1324 |
| 448. Procedimento do rateio.....                                      | 1325 |
| <b>§ 88.º Extinção e Suspensão do Concurso</b> .....                  | 1326 |
| 449. Extinção da execução coletiva.....                               | 1326 |
| 450. Suspensão da execução coletiva.....                              | 1327 |
| <b>§ 89.º Saldo Devedor</b> .....                                     | 1327 |
| 451. Saldo devedor da execução coletiva.....                          | 1327 |
| 452. Reinício da execução coletiva.....                               | 1328 |
| <b>§ 90.º Extinção das Obrigações</b> .....                           | 1329 |
| 453. Finalidade da ação de extinção das obrigações.....               | 1329 |
| 454. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....  | 1329 |
| 454.1. Prazo extintivo das obrigações.....                            | 1330 |
| 454.2. Inexistência de bens arrecadáveis.....                         | 1330 |
| 455. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente..... | 1331 |
| 455.1. Competência da ação extintiva.....                             | 1331 |
| 455.2. Legitimidade na ação extintiva.....                            | 1331 |
| 455.3. Procedimento edital.....                                       | 1331 |
| 455.4. Petição inicial da ação extintiva.....                         | 1332 |
| 455.5. Limites à cognição judicial.....                               | 1332 |
| 455.6. Resposta dos réus.....   | 1332 |
| 455.7. Réplica do devedor e julgamento antecipado.....                | 1332 |
| 455.8. Produção de provas.....  | 1332 |
| 455.9. Natureza da sentença de procedência.....                       | 1333 |
| 455.10. Julgamento da ação extintiva.....                             | 1333 |
| 456. Efeitos da procedência da ação extintiva.....                    | 1333 |

## Título IV – Procedimentos executivos especiais

|   |             |
|---|-------------|
| <b>13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR .....</b>                                      | <b>1335</b> |
| <b>§ 91.º Noções gerais acerca da execução do crédito alimentar .....</b>           | <b>1335</b> |
| 457. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar .....                  | 1335        |
| 458. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar .....                               | 1338        |
| 459. Classificação da obrigação alimentar .....                                     | 1340        |
| 459.1. Alimentos naturais e civis .....   | 1340        |
| 459.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos .....                      | 1342        |
| 459.3. Alimentos definitivos e provisionais .....                                   | 1343        |
| 459.4. Alimentos futuros e pretéritos .....   | 1345        |
| 460. Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios .....                 | 1346        |
| 461. Garantias do crédito alimentar .....   | 1346        |
| 462. Ilícito penal no inadimplemento sem justa causa da obrigação alimentar .....   | 1348        |
| <b>SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR EXPROPRIAÇÃO .....</b>                                    | <b>1349</b> |
| <b>§ 92.º Procedimento da execução por expropriação .....</b>                       | <b>1349</b> |
| 463. Execução do crédito alimentar por expropriação .....                           | 1349        |
| 463.1. Cumprimento da sentença de obrigação alimentar por expropriação .....        | 1350        |
| 463.1.1. Caráter definitivo do cumprimento da sentença de obrigação alimentar ..... | 1351        |
| 463.1.2. Autos do cumprimento da sentença de obrigação alimentar .....              | 1352        |
| 463.1.3. Inadmissibilidade da prisão do executado na expropriação .....             | 1352        |
| 463.2. Execução de obrigação alimentar fundada em título extrajudicial .....        | 1353        |
| 463.3. Levantamento do dinheiro penhorado .....                                     | 1353        |
| 463.4. Encaminhamento normal da expropriação .....                                  | 1354        |
| 463.5. Crédito alimentar no concurso de preferências .....                          | 1354        |
| 464. Execução de alimentos indenizativos .....                                      | 1356        |
| 464.1. Natureza da pretensão à constituição do capital .....                        | 1357        |

|  |   |             |
|--|---|-------------|
| 464.2.   | Objeto do capital constituído                         | 1358        |
| 464.3.   | Condição jurídica do capital constituído              | 1358        |
| 464.4.   | Sucedâneos da constituição do capital                 | 1359        |
| 464.5.   | Vicissitudes do capital constituído                   | 1361        |
| 464.6.   | Cessação da obrigação e liberação do capital          | 1361        |
| <b>SEÇÃO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PESSOAL</b>                     |   | <b>1362</b> |
| <b>§ 93.º Noções gerais acerca da execução por coerção pessoal</b> |   | <b>1362</b> |
| 465.   | Título executivo na execução por coerção pessoal      | 1362        |
| 466.   | Opção pela execução dos alimentos por coerção pessoal | 1364        |
| <b>§ 94.º Procedimento da execução por coerção pessoal</b>         |   | <b>1369</b> |
| 467.   | Requisitos da petição inicial                         | 1369        |
| 467.1.   | Competência na execução de alimentos                  | 1369        |
| 467.2.   | Formulação do pedido na coerção pessoal               | 1371        |
| 467.3.   | Controle da petição inicial                           | 1374        |
| 467.4.   | Fixação de honorários advocatícios                    | 1375        |
| 467.5.   | Indeferimento da petição inicial                      | 1376        |
| 468.   | Cumprimento e defesa sumária do executado             | 1376        |
| 468.1.   | Pagamento   | 1376        |
| 468.2.   | Defesa do executado                                   | 1379        |
| 468.3.   | Decisão do incidente                                  | 1384        |
| 468.3.1.   | Natureza do pronunciamento                            | 1384        |
| 468.3.2.   | Recurso cabível. Efeito suspensivo                    | 1384        |
| 468.3.3.   | Motivação do ato                                      | 1385        |
| 468.3.4.   | Efeitos do ato  | 1386        |
| 468.4.   | Inatividade do executado                              | 1387        |
| 469.   | Prisão do executado                                   | 1388        |
| 469.1.   | Prazo da prisão                                       | 1388        |
| 469.2.   | Regime da prisão                                      | 1389        |
| 469.3.   | Suspensão e revogação da prisão                       | 1391        |
| 469.4.   | Meios para o executado revogar a prisão               | 1392        |
| 469.5.   | Renovação da prisão                                   | 1393        |
| 470.   | Coerção pessoal e oposição do executado               | 1394        |

|   |      |
|---|------|
| <b>SEÇÃO III – EXECUÇÃO POR DESCONTO</b> .....                    | 1395 |
| <b>§ 95.º Noções gerais acerca da execução por desconto</b> ..... | 1395 |
| 471. Execução por desconto em folha da obrigação alimentar .....  | 1395 |
| 472. Opção pela execução por desconto .....                       | 1396 |
| <b>§ 96.º Procedimento da execução por desconto</b> .....         | 1397 |
| 473. Particularidades da execução por desconto em folha .....     | 1397 |
| 473.1. Identificação da fonte pagadora .....                      | 1398 |
| 473.2. Efetivação da medida .....                                 | 1398 |
| 473.3. Cabimento da oposição do executado .....                   | 1400 |
| 473.4. Prosseguimento da execução .....                           | 1400 |
| <b>14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA</b> .....                | 1401 |
| <b>§ 97.º Noções Gerais</b> .....                                 | 1401 |
| 474. Objeto da execução contra a Fazenda Pública .....            | 1401 |
| 475. Causa do procedimento especial .....                         | 1403 |
| 476. Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento .....    | 1404 |
| 477. Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública .....    | 1409 |
| <b>§ 98.º Procedimento da Execução por Maior Quantia</b> .....    | 1414 |
| 478. Disciplina da execução da execução pecuniária .....          | 1414 |
| 479. Necessidade da execução .....                                | 1415 |
| 480. Competência na execução contra a Fazenda Pública .....       | 1416 |
| 481. Legitimidade ativa e passiva .....                           | 1417 |
| 482. Título executivo .....                                       | 1420 |
| 483. Proibição expressa do cumprimento provisório .....           | 1422 |
| 484. Cabimento dos honorários advocatícios .....                  | 1423 |
| 485. Prazo e regime dos embargos e da impugnação .....            | 1424 |
| 486. Tribunal competente para processar o pagamento .....         | 1426 |
| 487. Obrigatoriedade da expedição do precatório .....             | 1427 |
| 488. Procedimento da requisição de pagamento .....                | 1429 |
| 488.1. Pagamento segundo o regime especial .....                  | 1430 |
| 488.2. Pagamento segundo o regime excepcional .....               | 1432 |
| 489. Preterição da preferência e o sequestro .....                | 1436 |

|                |  |             |
|----------------|--|-------------|
| 489.1.         | Cabimento do sequestro .....   | 1437        |
| 489.2.         | Natureza da medida .....   | 1438        |
| 489.3.         | Legitimação ativa e passiva .....                                      | 1439        |
| 489.4.         | Objeto da medida .....   | 1440        |
| 489.5.         | Procedimento do “sequestro” .....                                      | 1441        |
| <b>§ 99.º</b>  | <b>Procedimento da Execução por Menor Quantia .....</b>                | <b>1441</b> |
| 490.           | Execução de pequeno valor .....  | 1441        |
| 491.           | Definição de dívida de pequeno valor .....                             | 1442        |
| 492.           | Execução incidente e desnecessidade de nova citação.....               | 1443        |
| 493.           | Legitimidade passiva .....   | 1443        |
| 494.           | Título executivo .....   | 1444        |
| 495.           | Exclusão do cumprimento provisório.....                                | 1444        |
| 496.           | Admissibilidade da oposição do executado .....                         | 1444        |
| 497.           | Competência e forma da requisição de pagamento .....                   | 1445        |
| 498.           | Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública.....          | 1447        |
| <b>15.</b>     | <b>EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO .....</b>                           | <b>1449</b> |
| <b>§ 100.º</b> | <b>Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial .....</b> | <b>1449</b> |
| 499.           | Cabimento do rito especial da execução hipotecária.....                | 1449        |
| <b>§ 101.º</b> | <b>Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário .....</b>           | <b>1452</b> |
| 500.           | Formação do processo executivo .....                                   | 1452        |
| 500.1.         | Título e inadimplemento na ação executória hipotecária .....           | 1452        |
| 500.2.         | Petição inicial da ação executória hipotecária.....                    | 1455        |
| 500.2.1.       | Competência da execução hipotecária .....                              | 1456        |
| 500.2.2.       | Pedido. Cumulação de multa e honorários.....                           | 1457        |
| 500.2.3.       | Citação dos executados .....   | 1457        |
| 500.2.4.       | Valor da causa na execução hipotecária.....                            | 1458        |
| 501.           | Procedimento da ação executória hipotecária.....                       | 1458        |
| 501.1.         | Penhora .....  | 1458        |
| 501.2.         | Depósito .....   | 1460        |
| 501.3.         | Avaliação .....  | 1460        |
| 501.4.         | Alienação coativa.....   | 1461        |
| 501.5.         | Adjudicação .....  | 1462        |

|  |      |
|--|------|
| <b>16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL</b> .....  | 1465 |
| <b>§ 102.º Noções Gerais</b> .....   | 1465 |
| 502. Realização do crédito da Fazenda Pública.....   | 1465 |
| 503. Remédios para promover a defesa judicial do devedor .....                                     | 1467 |
| 503.1. Embargos do executado .....   | 1469 |
| 503.2. Mandado de segurança .....  | 1469 |
| 503.3. Ação declaratória.....  | 1471 |
| 503.4. Ação anulatória.....  | 1472 |
| 503.5. Ação de restituição.....  | 1473 |
| 503.6. Ação consignatória .....  | 1474 |
| 504. Efeitos da demanda na esfera administrativa.....  | 1474 |
| 505. Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da<br>Fazenda Pública ..... | 1475 |
| 505.1. Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de em-<br>bargos .....                  | 1475 |
| 505.2. Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do exe-<br>cutado.....                     | 1478 |
| 505.3. Intervenção do Ministério Público .....   | 1480 |
| 505.4. Despesas processuais da Fazenda Pública.....  | 1480 |
| 505.5. Responsabilidade dos auxiliares do juízo .....  | 1480 |
| 505.6. Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos .....                                      | 1481 |
| 505.7. Subsidiariedade da expropriação comum.....  | 1481 |
| <b>§ 103.º Pressupostos Processuais da Execução Fiscal</b> .....                                   | 1481 |
| 506. Relação processual e pretensão a executar da Fazenda Pública.....                             | 1481 |
| 507. Título executivo da Fazenda Pública .....   | 1482 |
| 507.1. Formação do crédito da Fazenda Pública .....  | 1482 |
| 507.2. Compreensão do crédito da Fazenda Pública.....  | 1484 |
| 507.3. Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa.....                             | 1484 |
| 507.4. Substituição e correção da certidão da dívida ativa.....                                    | 1486 |
| 507.5. Caracteres do título executivo.....   | 1489 |
| 508. Exigibilidade do crédito da Fazenda .....   | 1490 |
| 509. Problemas de competência na execução fiscal .....   | 1491 |
| 509.1. Modificações da competência .....   | 1491 |

|  |   |      |
|--|---|------|
| 509.2.   | Competência na execução movida por ente público contra outro ente público .....     | 1495 |
| 509.3.   | Reunião das execuções por conveniência da penhora.....                              | 1495 |
| 509.4.   | Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências..... | 1499 |
| 510.   | Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal .....                               | 1503 |
| 510.1.   | Legitimidade ativa na execução fiscal .....   | 1503 |
| 510.2.   | Legitimidade passiva na execução fiscal.....  | 1504 |
| 510.3.   | Benefício de ordem do responsável.....  | 1507 |
| <i>Subseção I – Formação do processo executivo .....</i> |   | 1508 |
| <b>§ 104.º Procedimento da Execução .....</b>            |   | 1508 |
| 511.   | Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública ....          | 1508 |
| 511.1.   | Endereçamento da petição inicial .....  | 1509 |
| 511.2.   | Identificação das partes.....   | 1510 |
| 511.3.   | Fatos e fundamentos do pedido.....  | 1510 |
| 511.4.   | Pedido na execução fiscal.....  | 1511 |
| 511.5.   | Produção de provas na execução fiscal .....   | 1511 |
| 511.6.   | Valor da causa na execução fiscal .....   | 1512 |
| 511.7.   | Requerimento e modos de citação do executado.....                                   | 1513 |
| 511.8.   | Nomeação de bens na inicial .....   | 1515 |
| 512.   | Efeitos da propositura da execução fiscal e o problema da prescrição.....           | 1516 |
| <i>Subseção II – Controle da petição inicial .....</i>   |   | 1520 |
| 513.   | Emendas na petição inicial.....   | 1520 |
| 514.   | Indeferimento da petição inicial .....  | 1521 |
| 515.   | Deferimento da petição inicial .....  | 1521 |
| <i>Subseção III – Responsabilidade patrimonial.....</i>  |   | 1523 |
| 516.   | Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública .....  | 1523 |
| <i>Subseção IV – Fase inicial da expropriação.....</i>   |   | 1525 |
| 517.   | Citação do executado e pagamento.....   | 1525 |
| 518.   | Pré-penhora na execução fiscal.....   | 1525 |

|  |             |
|--|-------------|
| 519. Nomeação de bens na execução fiscal .....                 | 1526        |
| 520. Efetivação da garantia da execução .....                  | 1530        |
| 520.1. Depósito em dinheiro.....                               | 1531        |
| 520.2. Fiança bancária e seguro garantia .....                 | 1533        |
| 520.3. Prova do depósito, da fiança e do seguro .....          | 1534        |
| 521. Depósito da coisa penhorada na execução fiscal .....      | 1534        |
| 522. Registro da penhora na execução fiscal .....              | 1537        |
| 523. Modificações da penhora na execução fiscal.....           | 1538        |
| 524. Intimação da penhora na execução fiscal.....              | 1540        |
| <i>Subseção V - Fase instrutória da expropriação.....</i>      | <i>1543</i> |
| 525. Avaliação do bem penhorado .....                          | 1543        |
| 525.1. Impugnação da avaliação .....                           | 1543        |
| 525.2. Escolha do avaliador e laudo de avaliação .....         | 1544        |
| 525.3. Apresentação do laudo e decisão do juiz.....            | 1545        |
| 525.4. Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados ..... | 1545        |
| 526. Alienação antecipada na execução fiscal .....             | 1546        |
| 527. Arrematação na execução da Fazenda Pública .....          | 1547        |
| 527.1. Natureza e efeitos da arrematação .....                 | 1547        |
| 527.2. Modalidade da arrematação .....                         | 1547        |
| 527.3. Requisitos do edital .....                              | 1548        |
| 527.4. Publicidade do edital .....                             | 1549        |
| 527.5. Intimação das partes .....                              | 1550        |
| 527.6. Lugar do leilão.....                                    | 1551        |
| 527.7. Arrematação pela Fazenda Pública .....                  | 1552        |
| 527.8. Arrematação em globo .....                              | 1552        |
| 527.9. Despesas de responsabilidade do arrematante .....       | 1553        |
| <i>Subseção VI - Fase final da expropriação.....</i>           | <i>1553</i> |
| 528. Remição do bem penhorado e da execução .....              | 1553        |
| 529. Entrega do dinheiro .....                                 | 1555        |
| 530. Adjudicação na execução fiscal .....                      | 1555        |
| 530.1. Objeto da adjudicação.....                              | 1556        |
| 530.2. Pressupostos da adjudicação.....                        | 1556        |
| 530.3. Forma do requerimento da adjudicação.....               | 1558        |



|  |  |      |
|--|--|------|
| 530.4.   | Legitimidade para adjudicar.....                                 | 1558 |
| 530.5.   | Saldo da adjudicação.....  | 1560 |
| 530.6.   | Auto de adjudicação .....  | 1560 |
| 530.7.   | Inadmissibilidade dos embargos à adjudicação .....               | 1560 |
| 531.   | Apropriação de frutos e de rendimentos na execução fiscal.....   | 1561 |
| <i>Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....</i> |  | 1561 |
| 532.   | Recursos cabíveis nas execuções de alçada .....                  | 1561 |
| 532.1.   | Valor de alçada nos executivos fiscais .....                     | 1562 |
| 532.2.   | Embargos de declaração .....                                     | 1563 |
| 532.3.   | Embargos infringentes e recorribilidade das interlocutórias .... | 1563 |
| 532.4.   | Reexame necessário e recurso extraordinário .....                | 1564 |
| 532.5.   | Revisor nas apelações.....                                       | 1565 |

## **Título V – Reação do executado contra a execução**

|  |             |
|--|-------------|
| <b>17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE .....</b>                              | <b>1567</b> |
| <b>§ 105.º Noções Gerais .....</b>   | <b>1567</b> |
| 533. Enumeração e classificação dos meios de reação do executado .....     | 1567        |
| 534. Relações entre os meios de reação do executado .....                  | 1568        |
| <b>§ 106.º Fundamentos da Exceção de Pré-Executividade .....</b>           | <b>1572</b> |
| 535. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar ..... | 1572        |
| 536. Cabimento da exceção de pré-executividade.....                        | 1574        |
| 537. Objeto da exceção de pré-executividade .....                          | 1578        |
| <b>§ 107.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade .....</b>          | <b>1583</b> |
| 538. Legitimidade do executado e de terceiros.....                         | 1583        |
| 539. Prazo da exceção de pré-executividade .....                           | 1584        |
| 540. Efeitos da apresentação da exceção .....                              | 1586        |
| 541. Obrigatoriedade do contraditório .....                                | 1587        |
| <b>§ 108.º Efeitos do Julgamento da Exceção .....</b>                      | <b>1588</b> |
| 542. Efeitos do acolhimento da exceção .....                               | 1588        |
| 543. Efeitos da rejeição da exceção.....                                   | 1589        |

|   |      |
|---|------|
| <b>18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO</b> .....                                    | 1591 |
| <b>SEÇÃO I – OPOSIÇÃO DO EXECUTADO</b> .....                                      | 1592 |
| <b>§ 109.º Natureza da Ação de Embargos</b> .....                                 | 1592 |
| 544. Natureza jurídica dos embargos do devedor .....                              | 1592 |
| 545. Conceito dos embargos do devedor .....                                       | 1595 |
| <b>§ 110.º Objeto da Cognição nos Embargos</b> .....                              | 1595 |
| 546. Limites da cognição na ação de embargos.....                                 | 1595 |
| 547. Classificação do objeto da cognição nos embargos .....                       | 1599 |
| 547.1. Embargos de cognição sumária.....  | 1601 |
| 547.2. Embargos de cognição plenária.....   | 1604 |
| 548. Objeto dos embargos na execução de título extrajudicial.....                 | 1604 |
| 548.1. Inexequibilidade do título executivo.....                                  | 1604 |
| 548.2. Inexigibilidade da obrigação .....   | 1605 |
| 548.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....                               | 1606 |
| 548.4. Excesso de execução.....   | 1607 |
| 548.5. Cumulação indevida de execuções .....                                      | 1610 |
| 548.6. Retenção por benfeitorias .....  | 1610 |
| 548.7. Incompetência absoluta ou relativa .....                                   | 1612 |
| 548.8. Defesa processual e defesa de mérito do executado.....                     | 1613 |
| 548.9. Solvabilidade .....  | 1615 |
| 548.10. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....                        | 1615 |
| 549. Exceção de impedimento e de suspeição .....                                  | 1616 |
| <b>SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO</b> ..... | 1616 |
| <b>§ 111.º Noções Gerais</b> .....  | 1616 |
| 550. Pressupostos processuais da relação incidente.....                           | 1616 |
| <b>§ 112.º Imparcialidade</b> .....   | 1618 |
| 551. Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos .....                     | 1618 |
| 552. Controle da imparcialidade do órgão nos embargos .....                       | 1618 |
| <b>§ 113.º Competência nos Embargos</b> .....                                     | 1619 |
| 553. Regra geral de competência nos embargos .....                                | 1619 |

|   |             |
|---|-------------|
| 554. Determinação da competência segundo a natureza do título.....                    | 1621        |
| 555. Competência dos embargos na execução por carta .....                             | 1621        |
| <b>§ 114.º Prazo dos Embargos .....</b>   | <b>1625</b> |
| 556. Regras gerais do prazo para propor embargos.....                                 | 1625        |
| 556.1. Prazo geral e prazos especiais .....   | 1625        |
| 556.2. Natureza do prazo.....   | 1626        |
| 556.3. Efeito da fluência do prazo .....  | 1626        |
| 556.4. Suspensão do prazo .....   | 1627        |
| 556.5. Contagem, dobra e termo final do prazo .....                                   | 1628        |
| 556.6. Fluência durante as férias .....   | 1630        |
| 557. Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....                            | 1631        |
| 558. Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação .....                     | 1632        |
| 558.1. Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....                                | 1633        |
| 558.2. Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da<br>Habitação ..... | 1633        |
| 558.3. Prazo na execução fiscal .....   | 1633        |
| 558.4. Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial ....               | 1636        |
| 559. Prazo dos embargos no desapossamento.....  | 1637        |
| 560. Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial .....                | 1637        |
| 561. Prazo dos embargos no desconto em folha .....                                    | 1637        |
| <b>§ 115.º Legitimidade .....</b>   | <b>1637</b> |
| 562. Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor .....        | 1637        |
| 563. Legitimidade ativa nos embargos à execução .....                                 | 1639        |
| 563.1. Legitimidade dos responsáveis.....   | 1639        |
| 563.2. Legitimidade do cônjuge ou companheiro .....                                   | 1641        |
| 563.3. Legitimidade do curador especial e do Ministério Público.....                  | 1642        |
| 563.4. Legitimidade condicionada à segurança do juízo .....                           | 1643        |
| 564. Legitimidade passiva nos embargos à execução .....                               | 1643        |
| <b>§ 116.º Segurança do Juízo .....</b>   | <b>1645</b> |
| 565. Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo .....                      | 1645        |
| 566. Exame do pressuposto da segurança do juízo .....                                 | 1646        |
| 567. Controle do pressuposto da segurança do juízo e embargos prematuros ...          | 1647        |

|  |             |
|--|-------------|
| <b>SEÇÃO III – PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO .....</b>                    | <b>1648</b> |
| <b>§ 117.º Petição Inicial dos Embargos .....</b>                                | <b>1648</b> |
| 568. Requisitos da petição inicial dos embargos .....                            | 1648        |
| 568.1. Causa de pedir nos embargos .....   | 1650        |
| 568.2. Pedido nos embargos .....   | 1652        |
| 568.3. Valor da causa nos embargos .....   | 1653        |
| 568.4. Indicação das provas nos embargos .....                                   | 1654        |
| 568.5. Chamamento do embargado .....   | 1655        |
| 568.6. Regime fiscal dos embargos .....  | 1655        |
| 569. Efeitos da propositura dos embargos à execução .....                        | 1656        |
| 569.1. Prevenção e embargos .....  | 1656        |
| 569.2. Litispendência .....  | 1656        |
| 569.3. Litigiosidade do direito .....  | 1657        |
| 569.4. Prescrição e mora .....   | 1657        |
| 569.5. Suspensão do processo executivo .....                                     | 1657        |
| 569.5.1. Embargos suspensivos e não suspensivos .....                            | 1657        |
| 569.5.2. Requisitos do efeito suspensivo dos embargos .....                      | 1658        |
| 569.5.3. Modificação e revogação do efeito suspensivo dos embargos .....         | 1659        |
| 569.5.4. Limitações subjetiva e objetiva do efeito suspensivo dos embargos ..... | 1660        |
| 569.5.5. Efeitos da suspensão da execução .....                                  | 1660        |
| 570. Rito dos embargos .....   | 1660        |
| <b>§ 118.º Controle da Petição Inicial .....</b>                                 | <b>1661</b> |
| 571. Emendas da petição inicial dos embargos .....                               | 1661        |
| 572. Indeferimento liminar dos embargos .....                                    | 1663        |
| 572.1. Casos de indeferimento liminar dos embargos .....                         | 1663        |
| 572.1.1. Embargos ineptos .....  | 1664        |
| 572.1.2. Embargos intempestivos .....  | 1665        |
| 572.1.3. Embargos improcedentes .....  | 1665        |
| 572.1.4. Embargos protelatórios .....  | 1665        |
| 572.2. Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso .....                       | 1666        |
| 573. Deferimento inicial dos embargos .....                                      | 1667        |

|   |      |
|---|------|
| <b>§ 119.º Resposta do Embargado</b> .....                                      | 1668 |
| 574. Resposta do embargado no sistema da lei processual .....                   | 1668 |
| 575. Audiência de mediação e de conciliação .....                               | 1669 |
| 576. Impugnação do embargado .....  | 1670 |
| 577. Exceções do embargado .....  | 1673 |
| 578. Reconvenção do embargado .....   | 1673 |
| <b>§ 120.º Revelia do Embargado</b> .....                                       | 1675 |
| 579. Efeitos da revelia do embargado.....                                       | 1675 |
| <b>§ 121.º Intervenção de Terceiros</b> .....                                   | 1677 |
| 580. Modalidades de intervenção de terceiros .....                              | 1677 |
| 581. Admissibilidade da intervenção de terceiros nos embargos .....             | 1678 |
| 581.1. Assistência à parte ou ao órgão judiciário .....                         | 1678 |
| 581.2. Chamamento ao processo .....   | 1679 |
| 581.3. Chamamento em garantia .....   | 1680 |
| 581.4. Desconsideração da personalidade jurídica .....                          | 1681 |
| 581.5. Oposição .....   | 1681 |
| 581.6. Correção da legitimidade passiva.....                                    | 1682 |
| <b>§ 122.º Julgamento dos Embargos</b> .....                                    | 1682 |
| 582. Extinção dos embargos sem resolução do mérito .....                        | 1682 |
| 583. Extinção dos embargos com resolução do mérito.....                         | 1685 |
| 584. Honorários de advogado nos embargos .....                                  | 1687 |
| <b>SEÇÃO IV – COISA JULGADA E EFEITOS DOS EMBARGOS</b> .....                    | 1689 |
| <b>§ 123.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos</b> .....                     | 1689 |
| 585. Natureza da sentença dos embargos .....                                    | 1689 |
| 586. Eficácia de coisa julgada nos embargos .....                               | 1690 |
| <b>§ 124.º Efeitos do Julgamento dos Embargos</b> .....                         | 1692 |
| 587. Efeitos no caso de procedência.....  | 1692 |
| 587.1. Declaração de inexecutibilidade do título e da inexistência crédito..... | 1693 |
| 587.2. Redução da obrigação .....   | 1693 |
| 587.3. Desfazimento dos atos executivos .....                                   | 1693 |

|            |   |             |
|------------|---|-------------|
| 587.4.     | Reconhecimento da responsabilidade do credor.....                           | 1694        |
| 587.5.     | Substituição do título.....   | 1694        |
| 587.6.     | Averbação no registro da dívida ativa.....                                  | 1694        |
| 587.7.     | Extinção da execução.....   | 1694        |
| 588.       | Efeitos no caso de improcedência.....                                       | 1695        |
| 588.1.     | Desembaraço do processo executivo.....                                      | 1695        |
| 588.2.     | Definitividade da execução na pendência da apelação.....                    | 1696        |
| 588.3.     | Condenação do embargante por dolo processual.....                           | 1697        |
| <b>19.</b> | <b>IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO.....</b>   | <b>1699</b> |
| § 125.º    | <b>Natureza da Impugnação do Executado.....</b>                             | <b>1699</b> |
| 589.       | Natureza da impugnação do executado.....                                    | 1699        |
| 590.       | Conceito da impugnação do executado.....                                    | 1704        |
| § 126.º    | <b>Fundamentos da Impugnação do Executado.....</b>                          | <b>1704</b> |
| 591.       | Caráter sumário da cognição.....  | 1704        |
| 592.       | Casos explícitos de impugnação.....   | 1706        |
| 592.1.     | Falta ou nulidade da citação.....   | 1706        |
| 592.2.     | Ilegitimidade das partes.....   | 1709        |
| 592.3.     | Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....             | 1710        |
| 592.4.     | Penhora incorreta ou avaliação errônea.....                                 | 1711        |
| 592.5.     | Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....                 | 1712        |
| 592.6.     | Incompetência absoluta ou relativa.....                                     | 1714        |
| 592.7.     | Exceções e objeções substanciais supervenientes à sentença.....             | 1714        |
| 592.8.     | Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....                          | 1717        |
| 592.8.1.   | Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada.....                            | 1717        |
| 592.8.2.   | Inconstitucionalidade originária e superveniente do<br>título judicial..... | 1726        |
| 592.8.2.1. | Origem da regra.....  | 1726        |
| 592.8.2.2. | Ineficácia do título.....   | 1727        |
| 592.8.2.3. | Superveniência da inconstitucionalidade.....                                | 1728        |
| 592.8.2.4. | Constitucionalidade da regra.....   | 1729        |

|  |   |             |
|--|---|-------------|
| 592.8.2.5.   | Vantagens e desvantagens da regra .....                                 | 1730        |
| 592.8.2.6.   | Aplicação ao cumprimento definitivo e provisório.....                   | 1731        |
| 592.8.2.7.   | Origem do juízo de inconstitucionalidade.....                           | 1731        |
| 592.8.2.8.   | Remédios admissíveis.....   | 1733        |
| 592.8.2.9.   | Aplicação retroativa da regra .....                                     | 1734        |
| 592.8.2.10.  | Efeitos do julgamento da impugnação.....                                | 1734        |
| 593.   | Casos implícitos de impugnação.....                                     | 1735        |
| <b>§ 127.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental.....</b> |   | <b>1736</b> |
| 594.   | Generalidades .....   | 1736        |
| 595.   | Prazo da impugnação.....  | 1736        |
| 595.1.   | Natureza do prazo da impugnação.....                                    | 1737        |
| 595.2.   | Efeitos da fluência do prazo da impugnação.....                         | 1737        |
| 595.3.   | Suspensão do prazo da impugnação .....                                  | 1738        |
| 595.4.   | Dobra do prazo de impugnação.....                                       | 1738        |
| 595.5.   | Termos inicial e final do prazo de impugnação.....                      | 1738        |
| 596.   | Competência da impugnação .....   | 1739        |
| 597.   | Legitimidade ativa e passiva na impugnação .....                        | 1740        |
| 598.   | Controle da imparcialidade na impugnação .....                          | 1740        |
| <b>§ 128.º Procedimento da Impugnação Incidental .....</b>                     |   | <b>1740</b> |
| 599.   | Requisitos da petição inicial da impugnação .....                       | 1740        |
| 600.   | Controle da inicial da impugnação .....                                 | 1742        |
| 601.   | Indeferimento liminar da impugnação.....                                | 1742        |
| 602.   | Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo..... | 1743        |
| 603.   | Prosseguimento da execução mediante caução.....                         | 1745        |
| 604.   | Recurso cabível das resoluções do juiz .....                            | 1746        |
| 605.   | Efeitos do recebimento da impugnação .....                              | 1746        |
| 606.   | Chamamento do impugnado .....   | 1746        |
| 607.   | Atitudes do impugnado.....  | 1747        |
| 608.   | Procedimento da impugnação .....  | 1748        |
| 609.   | Julgamento da impugnação e recursos próprios.....                       | 1748        |

|   |             |
|---|-------------|
| <b>§ 129.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado .....</b> | <b>1749</b> |
| 610. Efeitos no caso de procedência.....                              | 1749        |
| 611. Efeitos no caso de improcedência .....                           | 1750        |

## **Título VI – Reação dos terceiros contra a execução**

|  |             |
|--|-------------|
| <b>20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>  | <b>1753</b> |
| <b>§ 130.º Noções Gerais.....</b>  | <b>1753</b> |
| 612. Conceito e natureza dos embargos de terceiro .....                              | 1753        |
| 613. Modalidade de intervenção de terceiros.....                                     | 1757        |
| <b>§ 131.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro.....</b>       | <b>1757</b> |
| 614. Competência nos embargos de terceiro .....                                      | 1757        |
| 615. Legitimidade nos embargos de terceiro.....                                      | 1761        |
| 615.1. Legitimidade ativa .....  | 1761        |
| 615.1.1. Noção de terceiro .....   | 1762        |
| 615.1.2. Domínio e posse do terceiro.....  | 1764        |
| 615.1.3. Embargos do compromissário.....   | 1765        |
| 615.1.4. Embargos do cônjuge ou do companheiro .....                                 | 1765        |
| 615.1.5. Embargos do herdeiro.....   | 1768        |
| 615.1.6. Embargos do adquirente do bem alienado em fraude<br>contra a execução ..... | 1768        |
| 615.1.7. Embargos em desconsideração da personalidade<br>jurídica .....              | 1769        |
| 615.1.8. Embargos do credor real.....  | 1769        |
| 615.1.9. Fungibilidade dos embargos.....   | 1769        |
| 615.2. Legitimidade passiva.....   | 1770        |
| 616. Integração da capacidade processual .....                                       | 1773        |
| 617. Prazo dos embargos de terceiro .....  | 1774        |
| 618. Objeto dos embargos de terceiro.....  | 1779        |
| 619. Valor da causa nos embargos de terceiro .....                                   | 1780        |
| <b>§ 132.º Procedimento dos Embargos de Terceiro .....</b>                           | <b>1781</b> |
| 620. Instauração e desenvolvimento dos embargos .....                                | 1781        |



|                                    |   |             |
|------------------------------------|---|-------------|
| 620.1.                             | Petição inicial e liminar .....                         | 1781        |
| 620.1.1.                           | Requisitos da liminar .....                             | 1782        |
| 620.1.2.                           | Caução.....   | 1783        |
| 620.2.                             | Rejeição liminar dos embargos.....                      | 1784        |
| 620.3.                             | Citação do embargado .....                              | 1785        |
| 620.4.                             | Efeitos da propositura dos embargos .....               | 1785        |
| 620.5.                             | Mérito dos embargos e limites à cognição judicial ..... | 1786        |
| 620.5.1.                           | Embargos do possuidor.....                              | 1788        |
| 620.5.2.                           | Embargos do titular de direito real.....                | 1789        |
| 620.5.3.                           | Sumariedade da cognição .....                           | 1790        |
| 620.6.                             | Reação do embargado .....                               | 1791        |
| 620.6.1.                           | Revelia .....   | 1791        |
| 620.6.2.                           | Meios de reação .....                                   | 1791        |
| 620.6.3.                           | Limites da contestação e o ônus da prova .....          | 1792        |
| 620.6.4.                           | Indicação de provas.....                                | 1794        |
| 620.7.                             | Rito dos embargos .....                                 | 1795        |
| 620.8.                             | Sucumbência nos embargos de terceiro .....              | 1795        |
| 621.                               | Natureza da sentença dos embargos.....                  | 1797        |
| <b>§ 133.º</b>                     | <b>Efeitos dos Embargos de Terceiro.....</b>            | <b>1798</b> |
| 622.                               | Efeitos no caso de procedência.....                     | 1798        |
| 623.                               | Efeitos no caso de improcedência .....                  | 1798        |
| <b>Bibliografia</b>                | .....   | <b>1801</b> |
| <b>Outras obras do autor</b>       | .....   | <b>1903</b> |
| <b>Índice alfabético-remissivo</b> | .....   | <b>1905</b> |
| <b>Índice legislativo</b>          | .....   | <b>1955</b> |
| <b>Índice onomástico</b>           | .....   | <b>2001</b> |